



DATA DA REUNIÃO: SEIS DE MAIO DE DOIS MIL E NOVE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICIPIO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-

VEREADOR DR. JOÃO MANUEL MACHADO FARIA DE ABREU – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – PRESENTE.-----

VEREADOR LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ LUÍS DA SILVA PEREIRA MARTINS – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS –
FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE.---

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E QUARENTA MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: ONZE HORAS E TRINTA MINUTOS.-----



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ACTA.-----

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ACTA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES TRÊS FOLHAS.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

03

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06/MAIO/2009 – ACTA Nº 9

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da acta da última reunião ordinária (22/04/2009)
- 2 – Avaliação do Desempenho dos Funcionários relativo ao ano de 2009: Aprovação dos Objectivos Estratégicos da Câmara Municipal e aprovação da lista de avaliadores/avaliados
- 3 – Proposta de redução em 15% das taxas de ocupação de terrado na feira semanal de Santo Tirso
- 4 – Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Santo Tirso e a Junta de Freguesia de Refojos, tendo por objecto a Gestão, Conservação, Reparação e Limpeza do Cemitério localizado naquela freguesia: Ratificação e pedido de autorização à assembleia municipal para delegação das respectivas competências nas Juntas de Freguesia
- 5 – Atribuição da Medalha de Mérito, a título póstumo, ao Professor Doutor José Luís de Castro Gonçalves: Ratificação de despacho do Presidente da Câmara de 24/04/2009
- 6 – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila das Aves: Obras de Remodelação e Ampliação do edifício dos bombeiros e aquisição de equipamentos de comunicações de acordo com as exigências do Programa Nacional de Protecção Civil e Informatização dos Sistemas de Protecção Civil (SIGESP): Ratificação de despacho do Presidente da Câmara de 28/04/2009
- 7 – Protocolo de Colaboração celebrado entre o Instituto Nacional de Estatística IP e o município, tendo por objecto especificar as formas de colaboração entre as partes com vista à construção e actualização de uma infra-estrutura geográfica de suporte à realização de operações estatísticas de recolha de dados no âmbito do Sistema Estatístico Nacional: Ratificação



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

04

- 8 – Contrato de Financiamento no âmbito do Programa Operacional Regional Norte, tendo por objecto a “Ampliação e Requalificação do Centro Escolar de Sequeirô”: Ratificação
- 9 – Contrato de Prestação de Serviços tendo por objecto “Fornecimento de Refeições em Refeitórios Escolares”: Despacho do Presidente da Câmara de 23/04/2009 sobre os encargos resultantes do referido contrato: Ratificação
- 10 – Contrato de Financiamento celebrado entre o Programa Operacional Temático da Valorização do Território e o Município de Santo Tirso tendo por objecto e concessão de comparticipação financeiro do FEDER para realização da operação “Substituição Integral da Escola Básica de S. Tomé de Negrelos”: Ratificação
- 11 – Acordo de Colaboração celebrado entre o município de Santo Tirso e Direcção Regional de Educação do Norte, tendo por objectivo a substituição e ampliação da Escola Básica dos 1º, 2º e 3º ciclos de S. Tomé de Negrelos / Ponte: Ratificação
- 12 – Empreitada: “Construção da EBI de S. Tomé de Negrelos – Protocolo com a DREN”: Decisão de Contratar prevista no artigo 36º do CCP e aprovação das peças do procedimento de formação do respectivo contrato
- 13 – Concurso Público para a selecção de pessoas colectivas de direito privado para participar com o município de Santo Tirso na constituição da Sociedade Comercial anónima de direito privado, de capitais minoritariamente públicos, que terá por objecto a concepção e ou construção, financiamento e conservação de equipamentos e infra-estruturas de relevante interesse municipal: Recurso Hierárquico interposto pelo concorrente n.º 3 do relatório do júri previsto no ponto 10.3 do programa de Procedimento
- 14 – Constituição de uma Servidão Administrativa de Aqueduto Público Subterrâneo no âmbito da empreitada de “Remodelação e ampliação do Sistema de Drenagem de Águas Residuais no Vale do Ave – Rede de drenagem de águas residuais às restantes freguesias do Vale do Ave - Rebordões”



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

05

15 – Dia Municipal do Bombeiro: Proposta de Atribuição de Medalhas a Bombeiros

16 – Desfile de Carnaval/2009: Proposta de atribuição de subsidio às entidades participantes

17 - Outros Subsídios

- Processos de licenciamento de loteamento e obras particulares

Santo Tirso, 30 de Abril de 2009

O Presidente,

NOTA: Foi retirado de reunião o assunto constante do item 12 da presente acta.

Foram aditados à ordem do dia os seguintes Assuntos:

- Contrato de Empreitada "Ampliação e Beneficiação da Escola EB1/JI de Arcozelo": Decisão de Adjudicação;
- Proposta de Atribuição da Medalha de Mérito a Augusto da Silva Salgado



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (22/04/2009).-----

Presente a acta da reunião ordinária realizada no dia vinte e dois de Abril findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida acta, o Senhor Presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse aprovar a aludida acta.-----

A acta foi aprovada com oito votos a favor.-----



2. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS FUNCIONÁRIOS RELATIVO AO ANO DE 2009: APROVAÇÃO DOS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DA CÂMARA MUNICIPAL E APROVAÇÃO DA LISTA DE AVALIADORES/AVALIADOS.-----

Pelo Senhor Presidente foi dito:-----

O Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Público foi implementado na câmara municipal em dois mil e sete;-----

Apesar das dificuldades que este sistema de avaliação trouxe aos serviços (sobretudo aos funcionários avaliadores, que passam a ter necessariamente mais serviço), já que o mesmo constitui uma novidade relativamente ao regime anteriormente vigente, dificuldades essas que têm gerado alguns atrasos nos processos de avaliação individual, os princípios orientadores deste sistema têm revelado melhorias significativas nos serviços, quer ao nível da celeridade dos procedimentos, quer ao nível da qualidade dos serviços prestados;-----

Pelo que, apesar do muito que há ainda a fazer no aperfeiçoamento deste sistema de avaliação, sobretudo o nível da sua aplicação prática, deve ser feito um esforço por todos no sentido de se interiorizar os conceitos, objectivos e procedimentos do SIADAP, já que este visa *“contribuir para a melhoria do desempenho e qualidade de serviço da Administração Pública, para a coerência e harmonia da acção dos serviços, dirigentes e demais trabalhadores e para a promoção da sua motivação profissional e desenvolvimento de competências”*;-----

Nunca é demais relembrar os princípios orientadores deste Sistema de Avaliação, pelo que se transcreve o disposto no artigo 5º da Lei 66-B/2007, de 28 de Dezembro:-----

“O SIADAP subordina-se aos seguintes princípios:

a) Coerência e integração, alinhando a acção dos serviços, dirigentes e trabalhadores na prossecução dos objectivos e na execução das políticas públicas;

b) Responsabilização e desenvolvimento, reforçando o sentido de responsabilidade de dirigentes e trabalhadores pelos resultados dos serviços, articulando melhorias dos sistemas



Handwritten signature and number 67

organizacionais e processos de trabalho e o desenvolvimento das competências dos dirigentes e dos trabalhadores;

c) Universalidade e flexibilidade, visando a aplicação dos sistemas de gestão do desempenho a todos os serviços, dirigentes e trabalhadores, mas prevendo a sua adaptação a situações específicas;

d) Transparência e imparcialidade, assegurando a utilização de critérios objectivos e públicos na gestão do desempenho dos serviços, dirigentes e trabalhadores, assentes em indicadores de desempenho;

e) Eficácia, orientando a gestão e a acção dos serviços, dos dirigentes e dos trabalhadores para a obtenção dos resultados previstos;

f) Eficiência, relacionando os bens produzidos e os serviços prestados com a melhor utilização de recursos;

g) Orientação para a qualidade nos serviços públicos;

h) Comparabilidade dos desempenhos dos serviços, através da utilização de indicadores que permitam o confronto com padrões nacionais e internacionais, sempre que possível;

i) Publicidade dos resultados de avaliação dos serviços, promovendo a visibilidade da sua actuação perante os utilizadores;

j) Publicidade na avaliação dos dirigentes e dos trabalhadores, nos termos previstos na presente lei;

l) Participação dos dirigentes e dos trabalhadores na fixação dos objectivos dos serviços, na gestão do desempenho, na melhoria dos processos de trabalho e na avaliação dos serviços;

m) Participação dos utilizadores na avaliação dos serviços."

Considerando estes princípios, considerando a necessidade de articular o SIADAP com o ciclo de gestão de cada serviço, tendo em conta a sua missão e atribuições, bem como a sua articulação com o que consta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009, aprovado pela



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Asssembleia Municipal em dez de Dezembro de dois mil e oito, documento que todos os serviços, sobretudo ao nível dos dirigentes, devem ter em conta;-----

PROPONHO:

A) Que a câmara delibere aprovar os Objectivos Estratégicos, para o ano em curso, nos seguintes termos:-----

Tendo as autarquias por missão a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas, deve ser preocupação dos respectivos órgãos melhorar sempre o nível de qualidade de vida do seu concelho e respectivas populações, em todas as suas vertentes, seja nas Acessibilidades, no Ambiente, no Planeamento Urbanístico, na Saúde e Acção Social, no Desporto, Educação e Turismo;-----

Para a concretização dos grandes planos de acção definidos para o concelho de Santo Tirso são exigidas novas formas de gestão, entre as quais relevam a utilização racional dos recursos disponíveis e as questões inerentes ao desempenho do pessoal, devendo ser incrementada uma cultura de exigência e responsabilidade, que se traduza em benefícios práticos e evidentes para a população;

Como se refere no Plano de Actividades para 2009, apesar das *“limitações colocadas aos municípios, quer as de ordem legal, quer as que resultam da evolução esperada das receitas que hão-de constituir o financiamento do Plano”* o Plano Plurianual de Investimentos incorpora relevantes e prioritários projectos municipais, ambiciosos, cuja execução, naturalmente da responsabilidade do órgão executivo municipal, *“constituirá um objectivo também comum à organização, aos departamentos, chefias e funcionários, a quem se afectam os necessários meios e formação para que tenham a máxima motivação no desempenho”*;-----

Assim, os objectivos estratégicos da organização são:-----

1. Conseguir um grau elevado de execução dos projectos municipais constantes do PPI, sobretudo dos mais relevantes e prioritários e que constam dos projectos já aprovados pelo QREN 2007/2013;-----



2. Melhoria do relacionamento com os cidadãos e as empresas – Promover uma visão de serviço centrada nos munícipes e nas empresas, prestando serviços públicos da máxima qualidade;

3. Garantir a optimização dos recursos da câmara municipal, financeiros, patrimoniais e humanos - Promover uma cultura de exigência e responsabilidade na aplicação dos recursos da autarquia, quer ao nível da arrecadação das receitas, quer mediante a redução efectiva de despesas e de desperdícios, quer ao nível da assiduidade, pontualidade e responsabilidade dos funcionários;-----

4. Simplificação e Modernização Administrativa – Imprimir uma cultura de simplificação que, sem prejuízo do cumprimento das disposições legais, promova a redução de custos administrativos, potencie a utilização das novas tecnologias, quer nos meios e circuitos de funcionamento interno, quer no relacionamento com os cidadãos, de modo a assegurar maior eficácia e qualidade de resposta às necessidades e expectativas dos munícipes, tendo nomeadamente em conta o esforço financeiro que está a ser feito pela câmara no que se refere à qualidade dos serviços, de que é exemplo o processo de implementação da Certificação da Qualidade na câmara municipal de Santo Tirso, para o que foi celebrado um contrato de prestação de serviços em catorze de Agosto último (contrato n.º 34/2008).-----

5. Apostar na qualidade dos recursos humanos – Promover a formação contínua dos funcionários e implementar medidas que contribuam para a “*qualidade de vida no trabalho*”, de modo a aumentar o grau de motivação dos funcionários e o seu envolvimento com os objectivos da Câmara Municipal.-----

B) Aprovar a lista de Avaliadores/Avaliados que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes seis folhas.-----

As propostas foram aprovadas com oito votos a favor.-----

LISTA DE AVALIADORES E AVALIADOS - SIADAP 2009

| AVALIADOR | AVALIADO |
|---|---|
| Luis Gonzaga Silva Freitas Rodrigues | Ana Silvia Moreira Festa Andreia Carina Coelho Ferreira Beatriz Manuela Gomes Pereira Carlos Antônio Nogueira Veloso Carlos Manuel Costa de Almeida Carlos Manuel Freitas Pereira Carlos Manuel Machado Matos Carlos Manuel Silva Lopes César Liberto Correia Pereira Delfim José Martins Magalhães Dorinda Maria Castro Moreira Ribeiro Fernando Jorge Gomes Moreira Henrique Miguel Silva Santos Joaquim Alves Oliveira Joaquim Fernando Silva Pereira Jorge Manuel Ferreira Jorge Manuel Pinto Salústio José Antônio Ferreira Lopes Maria Adriana Salgado Magalhães Maria Alcina Marques Oliveira Torres Maria Bernardete Neto Moreira Maria Cacilda Costa Alves Sousa Maria Conceição Silva Araújo Maria Isabel Ferreira Moreira Rego Lima Maria La Salete de Sousa Alves Mauro Filipe Rodrigues Batista Miguel Ângelo Almeida Duarte Paulo Jorge Andrade Mesquita Rui Miguel Ribeiro Malheiro Sandra Cristina Moreira Silva Vitor Manuel Vale Ascensão |
| Ana Maria Moreira Ferreira | Cristina Maria Veloso Rego Bayam José Fernando Oliveira Ferreira Liliana Sofia Cerqueira Pereira Costa Mafalda Patricia Silva Azevedo Fontão Margarida Isabel Silva Leite Araújo Maria Georgina Barroso Duarte Príncipe Santos Sandra Marina Rosário Rios Sílvia Cristina Gonçalves Neto Costa |
| Júlia Odete Paiva Godinho Moinhos Costa | Alexandrina Maria Barroso Duarte Álvaro de Brito Moreira Maria do Céu Barroso Duarte da Silva Maria do Rosário Teixeira Figueiredo Melo Nuno Miguel Silva Pereira Olaio Paula Maria Brandão Silva |
| José Pedro dos Santos Ferreira Machado | Armanda Maria Machado Ferreira Augusto Moisés Barbosa Brandão Maria Assunção Sousa Pelaio Costa Maria Rosa Santos Almeida Palmira Manuela Cerqueira Peres Paulo Sousa Martins |
| Maria da Conceição Teixeira Figueiredo Melo | Alexandra Carla Almeida Castro Moreira Ana Paula Magalhães Castro Daniel Filipe Veloso Correia Fernando Manuel Silva Moreira Isaura Mariana Silva Almeida Gomes João Paulo Esteves Menezes Correia Jose Joaquim Costa Marinho Manuel José Nascimento Fernandes Carneiro Maria Adelaide Machado Leite Maria de Fátima Coelho Pereira Maria Manuela Dinis Rodrigues Sandra Cláudia Silva Carneiro Sílvia Manuela Costa Ferreira Tavares Vitor Manuel Carvalho Matos |

| | |
|--|--|
| PERSONAL/VELOCIDADE DE INFORMÁTICA Manuel José Nascimento Fernandes Carneiro | Armindo Luís Marques Sousa Paulo Jorge Gouveia Soares Silva Pedro Alberto Soares Monteiro Oliveira |
| PERSONAL/VELOCIDADE CENTRO CULTURAL DE ALFÂNDAZ Nuno Miguel Silva Pereira Olaio | Ana Cristina Fernandes dos Santos Ermelinda Manuela Castro Fernandes Brito Ismael David Pinto Silva Joaquim Alberto Fernandes Moreira José Manuel Alves Carvalho Licinia Fernanda Castro Cunha Maria Soledade Azevedo Matos Paulo Miguel Vidinha Viana Rosa Maria Ferreira Moreira |
| PERSONAL/VELOCIDADE SEGURANÇA E HIGIENE E SAÚDE PÚBLICA/ALHO Maria Adelaide Machado Leite | Nuno Miguel Mendes Guedes |
| PERSONAL/VELOCIDADE SEGURANÇA E HIGIENE E SAÚDE PÚBLICA/ALHO Fernando Manuel Silva Moreira | Imelda Lisboa Barros Miguel Constantino Silva Sousa Dias |
| PERSONAL/VELOCIDADE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO Maria Adriana Salgado Magalhães | Marcela Maria Cunha Amado Branco Albina Teresa Guimarães Pinho Festa Alfredo José Gil Costa Andrade Ana Maria Magalhães do Vale António Carlos Gonçalves Sousa Diana Paula Ferreira Salgado Manuel Fernando Silva Fontão Maria Idalina Taipa Correia Andrade Maria José Costa Moreira Gonçalves Maria José Silva Correia Tulha Maria Madalena Barros Moreira Ricardo Manuel Vieira Pereira Sónia Maria Ferreira de Sousa |
| CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS Maria de Fátima Coelho Pereira | Adelaide Cristina Barbosa Gomes Fernando Manuel Oliveira Pereira Manuel Alberto Silva Ferreira |
| CHEFE DA DIVISÃO JURÍDICA E CONTENCIOSO Diana Paula Ferreira Salgado | Emília Cristina Campos Ramos Maia Fernanda Cristina Correia Faria Maria de Fátima Nascimento Fernandes Carneiro Sónia Maria Gonçalves Couto |
| CHEFE DE ARMAZÉM Vitor Manuel Vale Ascensão | Domingos Ferreira Oliveira |
| UNIDADE DE APOIO ÀS EMPRESAS E GESTÃO DE PROJETOS Maria Cacilda da Costa Alves Sousa | Ana Paula Carvalho Carneiro Matos José Manuel Vieira Carneiro Maria Olga Gonçalves Rodrigues Guedes Ferreira |
| UNIDADE DE APOIO ÀS EMPRESAS E GESTÃO DE PROJETOS Maria do Céu Barroso Duarte da Silva | António Ricardo Mota Sousa Cruz Blandina Alexandra Ferreira Santos Elsa Maria Oliveira Machado Mota Filomena Luz Costa Alves Sousa Gisela Ariana Salgado Sá Joel Moreira Gomes Ribeiro Leonor Nascimento Cordeiro Calém Carneiro Maria Cristina Sampaio Brito Festa Raquel Susana Mendes Rocha |
| UNIDADE DE APOIO ÀS EMPRESAS E GESTÃO DE PROJETOS Álvaro de Brito Moreira | Francisco Queirós Paiva José Alberto Araújo Carneiro Manuela Graça Pinto Brito Costa Maria Augusta Machado Brandão Coelho Nestor Agostinho Rebelo Borges Rogério Paulo Alexandre Alves |

| | |
|---|---|
| <p>DIRECTORA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, DESPORTO E ACCÇÃO SOCIAL</p> <p>Paula Maria Brandão Silva</p> | <p>Guida Maria Pires Reis Neto Joana Carolina Garcias Magalhães Orlanda Alberta Figueiredo Costa Rita Moreira Alves Miranda Azevedo Rui Filipe Dias dos Santos</p> |
| <p>COORDENADORA DO CENTRO NOVAS OPORTUNIDADES</p> <p>Sandra Marina Rosário Rios</p> | <p>Alexandre José S. Almeida Lopes Ana Maria Ferreira Mendes António Nuno Antunes Verne Silva Camila Anjos Coelho Neto Carla Sofia Ferreira Machado Filipa Catarina Sampaio Abreu Florabela Jesus Costa Pereira Martins Joana Isabel Soares Ribeiro Joana Mafalda Silva Oliveira Laura Gil Marques Costa Maria Augusta Carvalho Machado Maura Andreia Ferreira A. Costa Miguel Ângelo Pinto F. Silva Paulo Manuel Castro C. Silveira Sílvia Alice Carneiro Ribeiro Sónia da Conceição Silva Constantino Vieira</p> |
| <p>CHEFE DA DIVISÃO DO DESPORTO</p> <p>Vitor Manuel Carvalho Matos</p> | <p>Alexandrina Maria Ferreira Pinto António Alberto Sousa Ribeiro Bento Miguel Machado Andrade Bernardino António Silva Alves Fernando Carlos Soares Silva Joaquim Manuel Machado Silva Joel Flávio Vieira Silva José António Teixeira Silva José Henrique Faria Cerqueira Luciano Jorge Costa Gomes Manuel Alberto Carneiro Saldanha Marinho Manuel Ferreira Dias Maria Conceição Silva Sousa Maria Emilia Gonçalves Cruz Sampaio Maria Helena da Silva Barroso Maria Lurdes Soares Carneiro Marta Andreia Carneiro Almeida Patrícia Alexandra Sousa Ribeiro Pedro Nuno Moreira Sá Lima Ricardo Manuel Godinho Soares Balbeira</p> |
| <p>CHEFE DA DIVISÃO DE ACCÇÃO SOCIAL</p> <p>Rita Moreira Alves Miranda Azevedo</p> | <p>Carla Manuela Silva Rodrigues Cátia Filipa Silva Oliveira Borges Cristiano Freitas Moreira Maria Paula Roldão Oliveira Rocha Olga Gracinda Costa Fernandes Monteiro Paula Daniela Guimarães Monteiro Sílvia Conceição Carvalho Carneiro Sílvia Couto Marques Silva</p> |
| <p>RESPONSÁVEL PELA DIVISÃO DOS SERVIÇOS INFÂNCIAIS</p> <p>Augusto Moisés Barbosa Brandão</p> | <p>Adão Costa Carvalho Alberto Correia Cunha Alberto Pinto Correia Alberto Vieira Silva Alfredo Monteiro Pereira Amílcar Jorge Couto Sequeira Ana Paula Sousa Alves André Filipe Martins Sousa António Augusto Nunes Cunha António Joaquim Cardoso Brás António Renato Moreira Alves António Rodrigues Dias António Silva Freitas Arlindo Carneiro Couto Carlos Alberto Costa Azevedo</p> |

| | |
|--|---|
| | Carlos Alberto Moreira da Costa Carlos Augusto Nunes Cunha Carlos Manuel Magalhães Costa Diamantino Lopes Oliveira Dulce Maria Figueiredo Pereira Avidos Azevedo Elsa Maria Araújo Matos Fernando Jorge Gomes Borges Fernando Jorge Sousa Moreira Oliveira Francisco Sampaio da Costa Francisco Sousa Pinto Goreti Jesus Guedes Pereira Hélder Filipe Silva Gonçalves Jaime Alves Barbosa João Carlos Ferreira Alves Joaquim Carvalho Mesquita Joaquim Correia Martins Joaquim Jorge Salgado Pereira Lavadores Joaquim Orlando Martins Sousa Joaquim Reis Lobo Joaquim Silva Martins Joaquim Silva Queirós Jorge Manuel Moreira Silva José Alberto Lopes Moreira José Almeida Mendes Leal José António Oliveira Malheiro José Manuel Correia Borges José Manuel Ferreira Leça José Miranda Cruz Liliana Salomé Castro Areal Ferreira Gonçalves Luís Ferreira Araújo Manuel Joaquim Caldas Ferreira Souto Manuel Martins Ferreira Manuel Oliveira Martins Margarida Antónia Torres Moreira Maria dos Anjos Sousa Lopes Maria Madalena Ferreira dos Santos Matos Norberto José Silva Almeida Palmira Maria Rocha Pinto Paulo Jorge Pereira Azevedo Pedro Daniel Silva Almeida Pedro Miguel Sá e Silva Rui Manuel Pereira Ferreira Serafim Silva Neves Serafim Sousa Rocha Sofia Graciosa de Matos Carneiro Valentim Rego Martins Vitor Manuel Ferreira Monteiro |
| CHEFE DA DIVISÃO DE PLANEAMENTO AMBIENTAL E VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM | |
| Alexandra Carla Almeida Castro Moreira | Abel Fernando Marques Querido Ana Luísa Silva Afonso Sistelo Célia Maria Mendes Fonte Cristina Fátima Martins Miranda Tiago Alexandre Monteiro Machado Lima |
| DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE DESPACHOS MUNICIPAIS | |
| Carlos António Nogueira Veloso | Amélia Carolina Reis Silva Valença António Pedro Silva Lopes Diogo Mário Castro Sampaio Fernandes Azevedo Esmeraldina Maria Barbosa Gomes Vieira João Paulo Rosas Martins Joaquim Ferreira Moreira José António Alves Azevedo José António Silva Carvalho Luís Miguel Moreira Mendes Maria Fernanda Pires Lima Silva Coelho Sérgio Rodrigo Martins Delgado |
| CHEFE DA DIVISÃO DE EDIFICAÇÃO | |
| Maria Fernanda Pires Lima Silva Coelho | Cláudia Orquidea Pinto Azinheira Reguenga Maria Susana Iria da Silva |

| | |
|--|---|
| <p>CHEFE DA DIVISÃO DE TRÁNSITO</p> <p>Amélia Carolina Reis Silva Valença</p> | <p>António Moreira Carneiro Arnaldo António Teixeira Oliveira Santos Arnaldo Silva Martins Belmiro Costa Ribeiro Carlos Alberto Campos Lopes Florbela Martins Pereira Gilberto Oliveira Moreira Jorge Manuel Silva Mirra Liliana Patrícia Carneiro Correia de Paiva Luís Manuel Lima Monteiro Maria Alcina Vieira Orge Orlanda Maria Machado Silva Capela Carvalho Paulo Manuel Silva Carvalho</p> |
| <p>CHEFE DA DIVISÃO DE VIAS</p> <p>João Paulo Rosas Martins</p> | <p>Emília Isabel Oliveira Martins Gonçalves Rui Miguel Santos Pereira</p> |
| <p>CHEFE DA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS</p> <p>José António Silva Carvalho</p> | <p>Abílio Armando Sousa Andrade Adão Gomes Freitas Adriano Oliveira Dias Pereira Alberto Arnaldo Carneiro Saldanha Dias Amadeu Ferreira Almeida Barbosa André Manuel Campos Monteiro António Alberto Costa Carneiro António Fernandes Barbosa António José Machado Santos António Maria Vaz Freitas Artur Marques da Silva Moreira Augusto Fernando Ferreira Araújo Carlos Alberto Silva Rego Carlos Manuel Lima Maia Cesaltino Alves Ferreira Leite Clemente Machado Pereira Marques Constantino Armindo Pereira Ferreira Cristiano Filipe Rocha Martins Eduardo Moreira Nunes Emanuel Dias Ferreira Ernesto Campos Silva Filipe André Pimenta Oliveira Filipe Manuel Ferreira Silva Filipe Moreira Nunes Francisco Manuel Moreira Gomes Ribeiro Franquelim Roriz Pereira Graciano Martinho Martins Ramos Helder Tiago Costa Martins Henrique Sousa Ferreira João Manuel Castro Lopes Joaquim Moreira Reis José Alberto Pinto Correia José Alberto Teixeira Silva José Cruz Moreira Pimenta José Eduardo Moreira Coelho Silva José Fernando Lopes Vitor José Luis Gonçalves Oliveira José Manuel Araújo Carneiro José Manuel Dias Sousa José Maria Pinto Costa José Maria Ribeiro Barbosa José Paulo Dias Nunes Júlio Correia Sousa Luís Filipe Martins Sousa Luís Gonzaga Borges Pinto Manuel Alberto Silva Pinheiro Manuel Almerindo Maia Pereira Manuel Alves Carvalho Manuel Artur Costa Ferreira Manuel Teixeira Paulo Jorge Silva Soares Pedro Manuel Carneiro Ferreira Pedro Rafael Silva Lopes Ricardo Jorge Pimenta Sousa Sérgio António Almeida Brito Tiago Daniel Teixeira Saldanha Dias Tomás Gomes Ferreira Vergílio Oliveira Ferreira</p> |

| | |
|---|--|
| RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DAS MATÉRIAS MUNICIPAIS Manuel Almerindo Maia Pereira | António Fernando Carneiro Andrade António Pacheco Andrade Augusto Manuel Barros Cunha Carlos Manuel Araújo Gonçalves Celestino Manuel Carneiro Souto Eduardo Manuel Neves Campos Francisco José Lopes Ferreira Francisco Machado Matos Joaquim Fernandes Machado José Arlindo Moreira Mieirol José Manuel Neves Campos José Manuel Silva Martins José Pereira Magalhães Manuel Ferreira Silva Manuel Sousa Pinto Pedro Manuel Correia Mendonça Ramos Renato Fernandes Silva |
| RESPONSÁVEL PELO DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E HABITAÇÃO José António Ferreira Lopes | Artur Jorge Mendonça Rodrigues Augusto Barros Maia Bruno Cristóvão Oliveira Maia Carla Marisa Correia Faria Carla Mónica Barbosa Sousa Ferreira José Alberto Melo Ferreira Neto José Manuel Carneiro Dias Machado Lúcia do Rosário Moita Rodrigues Manuel Joaquim Faria da Silva Maria da Paz Gomes Pelayo Maria do Rosário Alves Sousa Rocha Maria Emilia Costa Fernandes Carneiro Paulo Rui Silva Faria Pedro Albano Moreira Silva Rui Augusto Rebelo Moinhos Rui Nuno Ferreira Matos Sónia Alexandra Moreira Faria Vitor Fernando Rodrigues Pontes |
| RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA DAS OBRAS PARTICULARES Paulo Rui Silva Faria | Ana Elvira Monteiro Pereira Vinhas Carina Isabel Fernandes Correia Emilia Maria Silva Machado Filipa Cláudia Costa Fernandes Gracinda Soares Oliveira Henriques Medeiros Maria de Fátima Marques Moreira Ferreira Maria Gorete Valente Moreira Soares Maria Graça Moura Pelayo Mónica Alexandra Moreira Silva Bessa Ondina Maria Sousa Pereira |
| CHEFE DA DIVISÃO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO Maria do Rosário Alves Sousa Rocha | Cláudia Margarida Esteves Fernandes Loureiro Ivo Moinhos Ferreira Jaime Antero Oliveira Carneiro Nuno Francisco Magalhães Pinto Teófilo Joaquim Azevedo Pereira |
| CHEFE DA DIVISÃO DE CARTOGRAFIA E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA Lúcia do Rosário Moita Rodrigues | Carla Maria Correia Oliveira Daniela Alexandra Rodrigues Pinheiro Duarte Duarte Nuno Ferreira Fonseca Jorge Nicola Costa Russell Ferreira Maria Madalena Torres Freitas Ricardo José Caria Gonçalves Sá Sara Isabel Teixeira Santos Cidade Vítor Manuel Gonçalves Sousa |
| RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE COORDENAÇÃO Manuel Alberto da Silva Ferreira | Maria Conceição Rocha Ferreira Marinha Alberta Silva Almeida Marinha Coelho Sousa Moreira |

De harmonia com o previsto no art.º 12º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio é avaliador o superior hierárquico imediato do avaliado ou o funcionário com responsabilidades de coordenação sobre o avaliado, como pode ainda ser avaliador, nos casos em que não estejam reunidas as condições previstas no n.º 2 daquela norma, o superior hierárquico de nível seguinte ou, na ausência deste, o conselho coordenador de avaliação.



3. PROPOSTA DE NÃO ACTUALIZAÇÃO E REDUÇÃO EM 15% DAS TAXAS DE OCUPAÇÃO DE TERRADO NA FEIRA SEMANAL DE SANTO TIRSO.-----

Pelos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do P.S. foi apresentada a seguinte proposta:-----

Vivemos uma conjuntura económica difícil e que se torna peculiar para o comércio tradicional;-----

Esta situação é motivo de análise da Câmara Municipal de Santo Tirso, dentro das limitações que se colocam à sua intervenção neste assunto da iniciativa privada;-----

Assim, consideradas e tidas em conta as ponderações que o assunto merece, e à semelhança do que foi deliberado relativamente ao Mercado Municipal e Central de Camionagem (deliberação da câmara municipal de vinte e três de Dezembro de 2008, ratificada pela assembleia municipal em sessão ordinária realizada no dia vinte e cinco de Fevereiro último),-----

Propomos:

- Para o ano de 2009, a não actualização dos valores das taxas de ocupação de terrado na feira semanal de Santo Tirso e a redução em 15% desses montantes, aos feirantes que à presente data não tenham pagamentos de taxas em atraso ou tendo-os, façam parte de planos de pagamento previamente autorizados, não excluindo a redução já deliberada para quem efectuar o pagamento semestral ou anualmente.-----

- A proposta de redução acima, poderá ainda ser aplicada aos feirantes que regularizem as dívidas até ao final do mês de Maio em curso e aos que até 15 do mesmo mês entreguem plano de regularização de dívida pressupondo a liquidação imediata de pelo menos 50%. Nestes casos, a redução vigorará a partir do mês de Junho de 2009.-----

- Que a deliberação camarária que aprove a presente proposta seja enviada à assembleia municipal para ratificação, com efeitos retroactivos à data de entrada em vigor da proposta.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



4. PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO E A JUNTA DE FREGUESIA DE REFOJOS, TENDO POR OBJECTO A GESTÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO E LIMPEZA DO CEMITÉRIO LOCALIZADO NAQUELA FREGUESIA: RATIFICAÇÃO E PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELEGAÇÃO DAS RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

Presente o Protocolo acima referido, assinado no dia vinte e nove de Abril findo, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo o Anexo I da mesma, composto por quatro folhas.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse solicitar autorização à assembleia municipal para a Câmara delegar nas Juntas de Freguesia as suas competências de gestão, conservação, reparação e limpeza de cemitérios, propriedade do município, quando a câmara entender que o instrumento de delegação é o que melhor serve o interesse público, e mediante a celebração de Protocolo, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 66º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, solicitando que a autorização em causa produza efeitos retroactivos a um de Janeiro do ano em curso, em virtude de já terem sido celebrados neste ano Protocolos com o mesmo objecto com outras Juntas de Freguesia.-----

Mais propôs que a câmara deliberasse ratificar o Protocolo anexo à presente acta.-----

As propostas foram aprovadas com oito votos a favor.-----





5. ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO, A TÍTULO PÓSTUMO, AO PROFESSOR DOUTOR JOSÉ LUÍS DE CASTRO GONÇALVES: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DE 24/04/2009.-----

Presente o despacho acima referido, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes quatro folhas.-----

O Senhor Presidente submeteu o aludido despacho à ratificação do executivo camarário.

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar o despacho em causa.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

20

DESPACHO

Engº António Alberto de Castro Fernandes, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, ao abrigo da competência excepcional prevista no nº 3 do artº 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, decido, atribuir ao Professor Doutor José Luís de Castro Gonçalves, a Medalha de Mérito, a título póstumo, com a seguinte fundamentação:

A competência para conceder a medalha em causa cabe à Câmara Municipal, mas sob proposta de qualquer um dos edis;

Na última reunião ordinária de Câmara Municipal, realizada no dia 22 do corrente, na qual foi deliberado atribuir diversas Medalhas de Mérito, todos os Senhores edis manifestaram o entendimento de que seria de inteira justiça a atribuição da Medalha de Mérito, a título póstumo, ao homenageado José Luís de Castro Gonçalves;

A atribuição da Medalha só não foi decidida naquela reunião porque o executivo não estava na posse do respectivo *curriculum*, para melhor fundamentar a sua decisão;

A entrega das medalhas está agendada para o próximo dia 25 de Abril, no âmbito das comemorações do 35º aniversário do 25 de Abril de 1974;

Não é possível, até àquela data, reunir extraordinariamente o executivo camarário;

Posto isto:

O Professor Doutor José Luís de Castro Gonçalves nasceu na freguesia de Fradelos, concelho de Vila Nova de Famalicão, em 9 de Abril de 1936, tendo passado a residir no concelho e cidade de Santo Tirso a partir do ano de 1963;

O seu *curriculum* é tão extenso e tão rico, que os dados referidos no presente despacho nem sequer são uma síntese do mesmo, pretendendo apenas realçar aqueles factos que mais o ligaram à cidade e ao concelho de Santo Tirso e que podem servir de exemplo de cidadania e de dedicação à comunidade aos jovens do nosso tempo;

Depois de ter realizado o Curso Geral dos Liceus ingressou na Escola do Exército, onde se manteve um ano, findo o qual desistiu, por inadaptação...

Faz o serviço militar obrigatório, tendo frequentado a Escola Prática de Infantaria de Mafra em 1954, onde tirou o curso de Oficial Miliciano, com a especialidade de sapador.

Promovido a Aspirante a Oficial Miliciano, foi colocado no Regimento de Infantaria nº 8 em Braga, onde prestou serviço no ano de 1955/1956.

Em 1956/1957 foi mobilizado para o Ultramar (Goa), tendo prestado serviço como Alferes Miliciano de Infantaria no Batalhão de Caçadores nº 9 durante dezoito meses.

Em 1958 ingressou no Instituto Nacional de Educação Física de Lisboa. Nesta escola, concluiu o respectivo curso em Julho de 1962, e após prestação de provas públicas de discussão do Relatório de Estágio e de defesa da Dissertação final, foi-lhe atribuído o "Diploma de Professor de Educação Física", com a classificação final de 14 valores;

De harmonia com o nº 2 do artº 21 do Decreto-lei 675/75 de 3 de Dezembro, adquiriu a equiparação à Licenciatura em Educação Física.

Após um brilhante percurso académico, em Junho de 1991, prestou provas de doutoramento na Universidade do Porto, adquirindo, assim, o grau de "Doutor em Educação Física, na especialidade de Biomecânica do Desporto", aprovado com distinção e louvor, por unanimidade do júri.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

21

Em 26 de Junho de 1996 tomou posse como Professor Auxiliar de nomeação definitiva da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto.

A sua actividade pedagógica desenvolveu-se no âmbito de diversos sectores do ensino oficial e particular, desde o ensino pré-primário ao universitário, sem esquecer as várias formas de intervenção pedagógica realizadas no sector dos clubes desportivos.

Durante os anos lectivos de 1964 a 1975, como professor efectivo do ensino secundário, exerceu a docência da disciplina de Educação Física, na Escola Industrial e Comercial de Santo Tirso, e de 1964 a 1969 no Liceu Nacional de Santo Tirso, onde voltou a leccionar a disciplina de Educação Física no ano lectivo 1974/1975. Em ambas participou sempre, nos conselhos pedagógicos dos mesmos e nos júris de exames finais dos alunos dos diferentes ciclos.

No referido ano lectivo de 1974/75 foi eleito Presidente do Conselho Directivo do mesmo Liceu, 1ª eleição democrática dos órgãos de gestão após o 25 de Abril de 1974.

A sua actividade pedagógica estendeu-se também a vários estabelecimentos de ensino particular, alguns do Concelho de Santo Tirso, a saber:

- Externato Nossa Senhora das Dores, Trofa, 1964 a 1966;
- Colégio Nun' Alvres, Caldas da Saúde. 1968 a 1986;
- Colégio de Santa Teresa de Jesus, Santo Tirso, 1973 a 1987.

Desenvolvam uma relevante actividade científica, com a participação em inúmeros congressos, seminários e cursos; Participando em diversos júris de provas académicas, quer de doutoramentos, mestrados e monografias; colaborando na orientação de dissertações, também ao nível de mestrados, doutoramentos e monografias;

Deixou diversa obra escrita de que destacamos:

A dissertação sobre "A Educação Física no Meio do Trabalho", de 1962;

O "Programa de Educação Física da Telescola (1º ano)", de 1970.

As Conferências:

"Que desporto no Concelho de Santo Tirso?" 1º Fórum Autárquico, Câmara Municipal de Santo Tirso, 1992;

"História da ginástica, situação actual e perspectivas futuras", Ginásio Clube de Santo Tirso, 1990;

"Desporto e Saúde, manutenção do cidadão vulgar", Escola Técnica de Saúde do Porto, 1985;

"Alimentação e desporto", Colégio de Santa Teresa de Jesus, Santo Tirso, 1985;

"A educação física na escola", Colégio de Santa Teresa de Jesus, Santo Tirso, 1985;

"Agressividade na Escola", Colégio de Santa Teresa de Jesus, 1985;

O artigo "Desporto, Saúde e Bem Estar", in Revista da Liga dos Amigos do Hospital de Santo Tirso, nº 9, pp 13-16.

Em representação de várias entidades, participou em diversos eventos, dos quais destacamos:

- Como Presidente da Associação de Pais do Colégio de Santa Teresa de Jesus (Santo Tirso), no XII Encontro Nacional das Associações de Pais, na Figueira da Foz (1987);
- Como Presidente da Associação de Pais do Colégio de Santa Teresa de Jesus (Santo Tirso), no 3º Congresso do Ensino Particular e Cooperativo, Lisboa (1984);



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

22

- Como Presidente da Associação de Pais do Colégio de Santa Teresa de Jesus (Santo Tirso), no 1º Encontro Nacional de Professores do Ensino Particular, Leiria (1980);
- Como Presidente da Associação de Pais do Colégio de Santa Teresa de Jesus (Santo Tirso), no Congresso Nacional das Escolas não Estatais, Póvoa de Varzim, (1978);
- Como Presidente da Associação de Pais do Colégio de Santa Teresa de Jesus, no Congresso Apel (Associações de Pais, Professores e Alunos das Escolas não Estatais), Estrasburgo-França (1975).

Assumiu diversas responsabilidades ao nível da Administração e Gestão Escolar;

Foi nomeado pela Câmara Municipal de Santo Tirso para elaboração de estudo e parecer sobre a construção e funcionamento das Piscinas Municipais (1980);

Foi Membro da Assembleia Municipal de Santo Tirso (1980/1982).

Foi Vice-Presidente da Assembleia Geral do Futebol Clube Tirsense (1979 a 1981).

Foi Director do Futebol Clube Tirsense (1976/1977).

Ao longo de vários anos (de 1966 a 1984), em paralelo com a sua actividade no âmbito do ensino, desenvolveu diversas acções de índole técnica, a nível do associativismo desportivo, principalmente no âmbito da Ginástica, com destaque para as seguintes:

1 – No sector federado

– Responsável técnico pelas classes de ginástica desportiva do Ginásio Clube de Santo Tirso de 1965 a 1977.

– Responsável técnico pelas classes de Trampolins do Ginásio Clube de Santo Tirso de 1970 a 1977.

2 – No sector não federado

– Responsável técnico e professor das seguintes classes de ginástica no GINÁSIO CLUBE DE SANTO TIRSO (1965-1977):

– Ginástica Educativa

– Classes de Saltos

– Classes de Manutenção

3 – No sector do desporto juvenil:

– Responsável pelas classes de ginástica infantil do Ginásio Clube de Santo Tirso (1965-1977).

Participou com classes de ginástica em diversos campeonatos, saraus ou festivais gimnodesportivos, dos quais destacamos os seguintes:

– Participação no Festival Nacional de Actividades Gímnicas, com apresentação de classes do Instituto Nun'Alvres das Caldas da Saúde – Santo Tirso, Viseu (1985);

– Participação no Festival Nacional de Actividades Gímnicas, com apresentação de classes do Instituto Nun'Alvres das Caldas da Saúde – Santo Tirso, Castelo Branco (1984);

– Participação no Festival Regional de Actividades Gímnicas, com apresentação de classes do Instituto Nun'Alvres das Caldas da Saúde – Santo Tirso, Porto (1984);

– Participação no Campeonato Nacional de Mini-Trampolim com equipas do Ginásio Clube de Santo Tirso, Lisboa (1977);

– Participação no Torneio de divulgação de Mini-Trampolim com equipas do Ginásio Clube de Santo Tirso, Santo Tirso (1977);



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

- Participação no Torneio Nacional de Mini-Trampolim com equipas do Ginásio Clube de Santo Tirso, Coimbra (1976);
- Participação no Torneio de Saltos de Mini-Trampolim com equipas do Ginásio Clube de Santo Tirso, Vila do Conde (1976);
- Participação no Torneio Nacional de Mini-Trampolim com equipas do Ginásio Clube de Santo Tirso, Lisboa (1976);
- Participação no Festival Nacional da Juventude, com classes do Instituto Nun'Alvres das Caldas da Saúde (1972);
- Participação no Festival Gimnodesportivo de Caminha, com classes do Ginásio Clube de Santo Tirso, Caminha (1967).

Como Técnico, merecem relevância os seguintes feitos:

- Vencedor do Campeonato Nacional de Mini-Trampolin, categoria de Júniores, 1977;
Treinador do Ginásio Clube de Santo Tirso;
- Vencedor do Torneio Nacional de Mini-Trampolin, categoria de Iniciados, 1976;
Treinador da equipa do Ginásio Clube de Santo Tirso;
- 2º Classificado no Torneio de Mini-Trampolin, categoria de Júniores, 1976;
Treinador da equipa do Ginásio Clube de Santo Tirso;
- Vencedor do Torneio Início de Basketebol – Taça Alves Teixeira, Guimarães, 1963/1964;
Treinador da equipa do Ginásio Clube de Santo Tirso;

Face ao exposto, é inegável que o Professor Doutor José Luís de Castro Gonçalves é merecedor de reconhecimento público por parte da Câmara Municipal de Santo Tirso, desejando-se que esta justa homenagem a título póstumo possa contribuir para motivar os jovens da nossa comunidade a terem uma postura de esforço e trabalho para alcançarem os seus objectivos;

Pelo que, decido fazer uso da referida competência excepcional e submeter o presente despacho à ratificação do executivo camarário na próxima reunião de Câmara.

Santo Tirso e Paços do Concelho, 24 de Abril de 2009

O Presidente da Câmara Municipal,

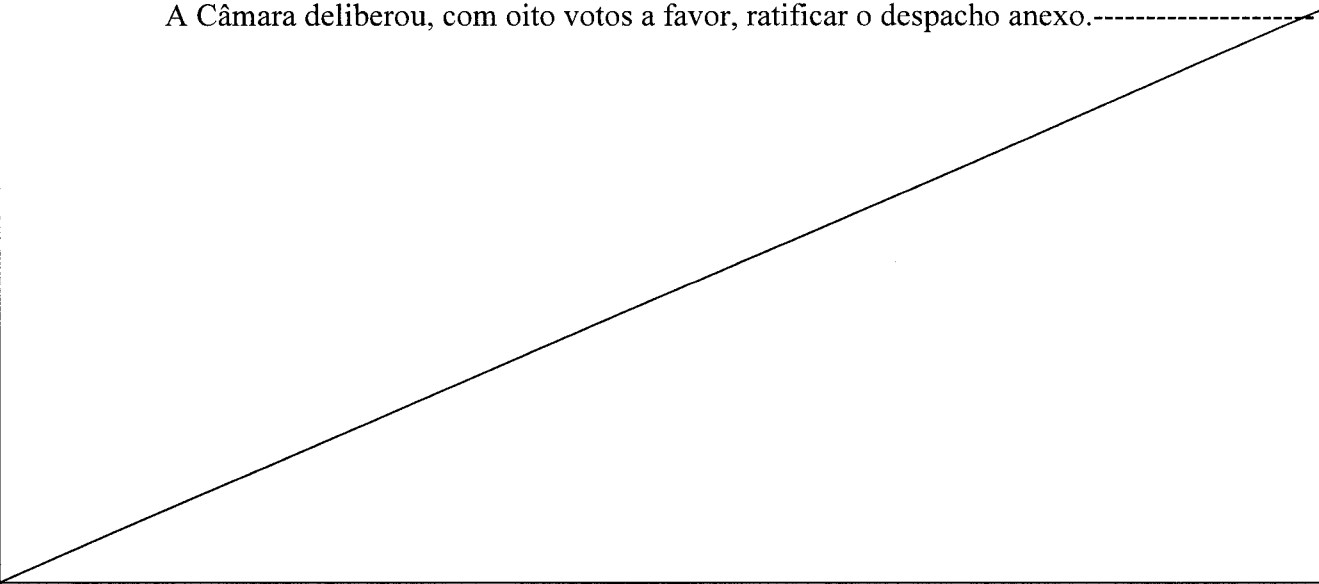


6. ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VILA DAS AVES: OBRAS DE REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO DOS BOMBEIROS E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÕES DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO PROGRAMA NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL E INFORMATIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE PROTECÇÃO CIVIL (SIGESP): RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DE 28/04/2009.-----

Presente ofício da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila das Aves, registado com o número cinco mil oitocentos e setenta e três / dois mil e nove, a solicitar a alteração do despacho do Senhor Presidente da Câmara de vinte e três de Julho de dois mil e oito, ratificado pela câmara municipal em reunião de catorze de Agosto do mesmo ano (item doze da respectiva acta), quer no que se refere ao valor do projecto participado pela câmara municipal, quer no que se refere à discriminação das obras e acções contempladas pelo mesmo projecto.-----

O Senhor Presidente submeteu à ratificação do executivo camarário do seu despacho de vinte e oito de Abril findo, que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes duas folhas.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar o despacho anexo.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

25

Despacho

Presente ofício da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila das Aves, de vinte e oito do corrente mês de Abril, registado com o nº 5873, que aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais.-----

A referida Associação, pessoa colectiva de utilidade pública, com o número de contribuinte 501 361 642, propõe-se proceder a obras no seu Quartel de Bombeiros, nomeadamente a construção de raiz duma sala de formação, camarata feminina e respectivas casas de banho, substituição do telhado existente, montagem de equipamento para energias renováveis (painéis solares), proceder à aquisição de equipamentos de comunicações de acordo com as exigências do Programa Nacional de Protecção Civil e Informatização dos Sistemas de Protecção Civil "Sigesp", para o que apresentou uma candidatura ao QREN.-----

Para instrução do respectivo processo de candidatura, aquela Associação deve fazer prova da sua capacidade financeira para suportar 15% do financiamento do projecto, cuja estimativa orçamental é de aproximadamente 209 209,07 € (duzentos e nove mil duzentos e nove euros e sete centimos) e não o valor que por lapso, anteriormente ficou a constar do despacho;-----

Veio assim aquela associação solicitar o apoio da câmara para a realização daquele projecto, que constituirá uma mais valia para o concelho de Santo Tirso, na área da protecção civil;-----

Por meu despacho de 23 de Julho de 2008, que aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais, ratificado pela Câmara Municipal por deliberação de 14 de Agosto do mesmo ano, foi deliberado atribuir à identificada Associação um subsídio no montante de 85 500,00 € (oitenta e cinco mil e quinhentos euros);-----

Para prosseguimento da candidatura, mostra-se necessário alterar o teor daquele despacho, nomeadamente no que se refere ao valor do investimento participado pelo município;-----

Este documento da Câmara Municipal deve ser junto ao processo da candidatura mencionada no referido ofício até ao dia 29 do corrente mês de Abril, sob pena da candidatura ser rejeitada;-----

Assim, é urgente a alteração do despacho em causa;-----

Não é possível em tempo útil, e face ao cumprimento dos prazos legalmente previstos para o efeito, reunir extraordinariamente a câmara municipal;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

26

Face ao exposto, e ao abrigo da competência excepcional prevista no nº 3 do artigo 68º da Lei 169/99, decido alterar o referido despacho, no sentido de que o subsídio no montante de 85 500,00 € (oitenta e cinco mil e quinhentos euros) atribuído à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila das Aves se destina a compartilhar as despesas com as obras no seu Quartel de Bombeiros, nomeadamente a construção de raiz duma sala de formação, camarata feminina e respectivas casas de banho, substituição do telhado existente, montagem de equipamento para energias renováveis (painéis solares), proceder à aquisição de equipamentos de comunicações de acordo com as exigências do Programa Nacional de Protecção Civil e Informatização dos Sistemas de Protecção Civil "Sigesp", a pagar à medida da realização do investimento.-----

Agende-se para a próxima reunião de câmara para ratificação.-----

Comunique-se à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila das Aves e envie-se cópia à Divisão de Gestão Financeira, para os devidos efeitos, e aos Serviços responsáveis pela Protecção Civil, para conhecimento.-----

Santo Tirso e Paços do Concelho, 28 de Abril de 2009

O Presidente,

António Alberto de Castro Fernandes (Engº)



7. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE O INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA IP E O MUNICÍPIO, TENDO POR OBJECTO ESPECIFICAR AS FORMAS DE COLABORAÇÃO ENTRE AS PARTES COM VISTA À CONSTRUÇÃO E ACTUALIZAÇÃO DE UMA INFRA-ESTRUTURA GEOGRÁFICA DE SUPORTE À REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES ESTATÍSTICAS DE RECOLHA DE DADOS NO ÂMBITO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL: RATIFICAÇÃO.-----

Presente ofício de dezanove de Janeiro último, do Instituto Nacional de Estatística, registado com o número mil seiscientos e sessenta e sete, a remeter o Protocolo assinado no dia dezasseis do mesmo mês, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo II da mesma, composto por doze folhas, que tem por objecto especificar as formas de colaboração entre o INE e a Câmara Municipal de Santo Tirso, com vista à construção e actualização de uma infra-estrutura geográfica de suporte à realização de operações estatísticas de recolha de dados no âmbito do Sistema Estatístico Nacional (SEN), designadamente as operações de natureza censitária, bem como a implementação e manutenção de um sistema digital de georreferenciação, de acordo com as especificações estabelecidas pelo INE e compreendendo os seguintes projectos:-----

a) Base Geográfica de Referenciação de Informação (BGRI)

Componente poligonal da IRG do INE, correspondente à divisão territorial de cada uma das freguesias do País.

Constitui uma base poligonal hierarquizada, cuja unidade mínima de representação é a subsecção estatística.

Esta base integra também toda a informação de natureza linear e alfanumérica, relativa à toponímia (tipo/designação de artéria e n.ºs de polícia).

b) Base Geográfica de Edifícios (BGE)

Base de natureza pontual referente a edifícios.



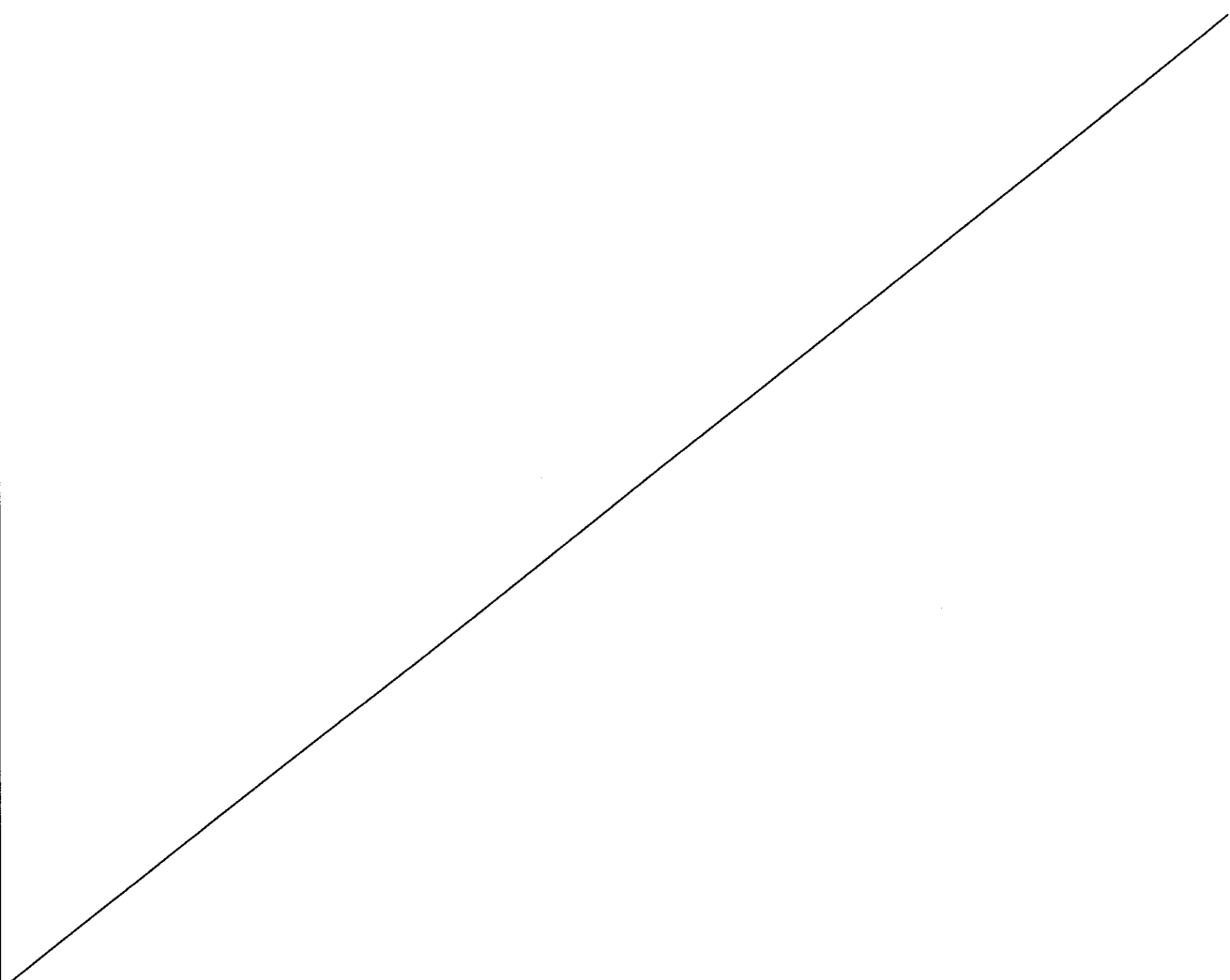
Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Este nível de informação é constituído pela georreferenciação de edifícios destinados à habitação e tem como fonte de actualização principal o Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas (SIOU), que compreende um vasto conjunto de indicadores estatísticos referentes ao licenciamento e à conclusão de obras de edificação, fornecidos periodicamente pelos Municípios.

Complementarmente, a BGE poderá integrar também a componente do edificado relativo a equipamentos estruturantes do território municipal.

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar o aludido Protocolo.-----



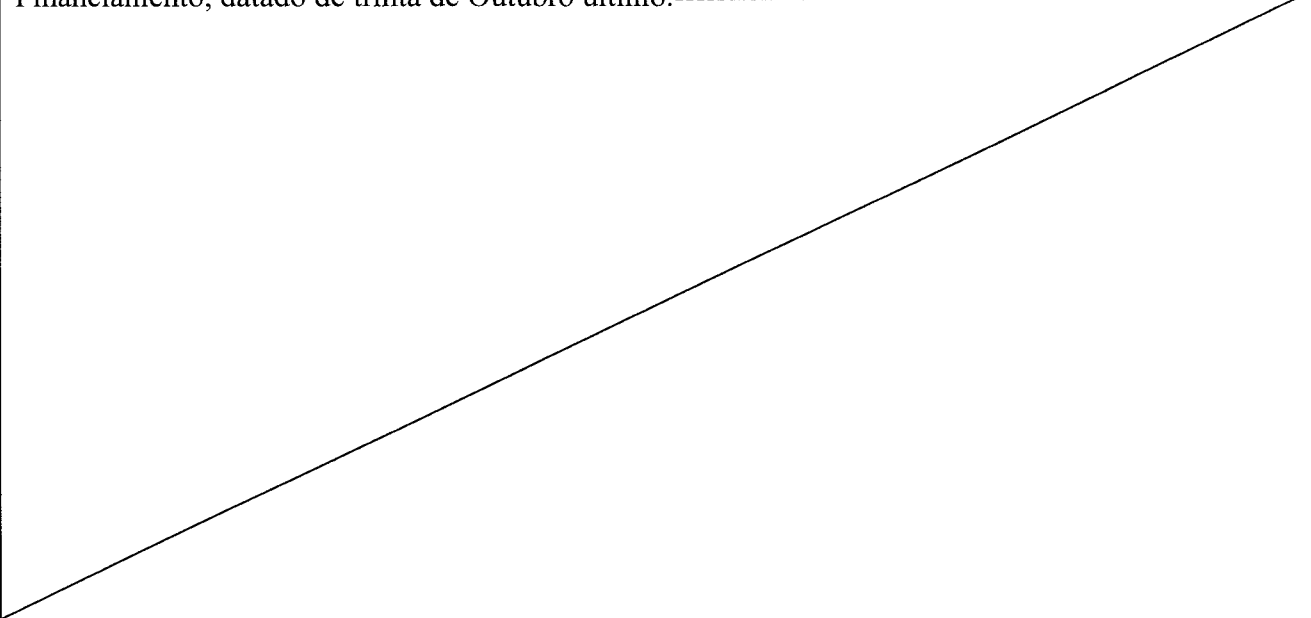


8. CONTRATO DE FINANCIAMENTO NO ÂMBITO DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL NORTE, TENDO POR OBJECTO A “AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE SEQUEIRÔ”: RATIFICAÇÃO.-----

Presente ofício de trinta e um de Outubro último, da Comissão Directiva do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2), registado com o número dezassete mil seiscentos e setenta e oito, a remeter o Contrato de Financiamento para a realização da operação com o código 3-5-15-12-1472, designada por “Ampliação e Requalificação do Centro Escolar de Sequeirô”, com um investimento elegível de 625.475,77 € (seiscentos e vinte e cinco mil quatrocentos e setenta e cinco euros e setenta e sete cêntimos) e com uma comparticipação comunitária (FEDER) de 437.833,04 € (quatrocentos e trinta e sete mil oitocentos e trinta e três euros e quatro cêntimos).-----

O Senhor Presidente submeteu à ratificação da Câmara Municipal a sua decisão de aceitação das condições constantes do Contrato de Financiamento que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo III da mesma, composto por treze folhas.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar o referido Contrato de Financiamento, datado de trinta de Outubro último.-----



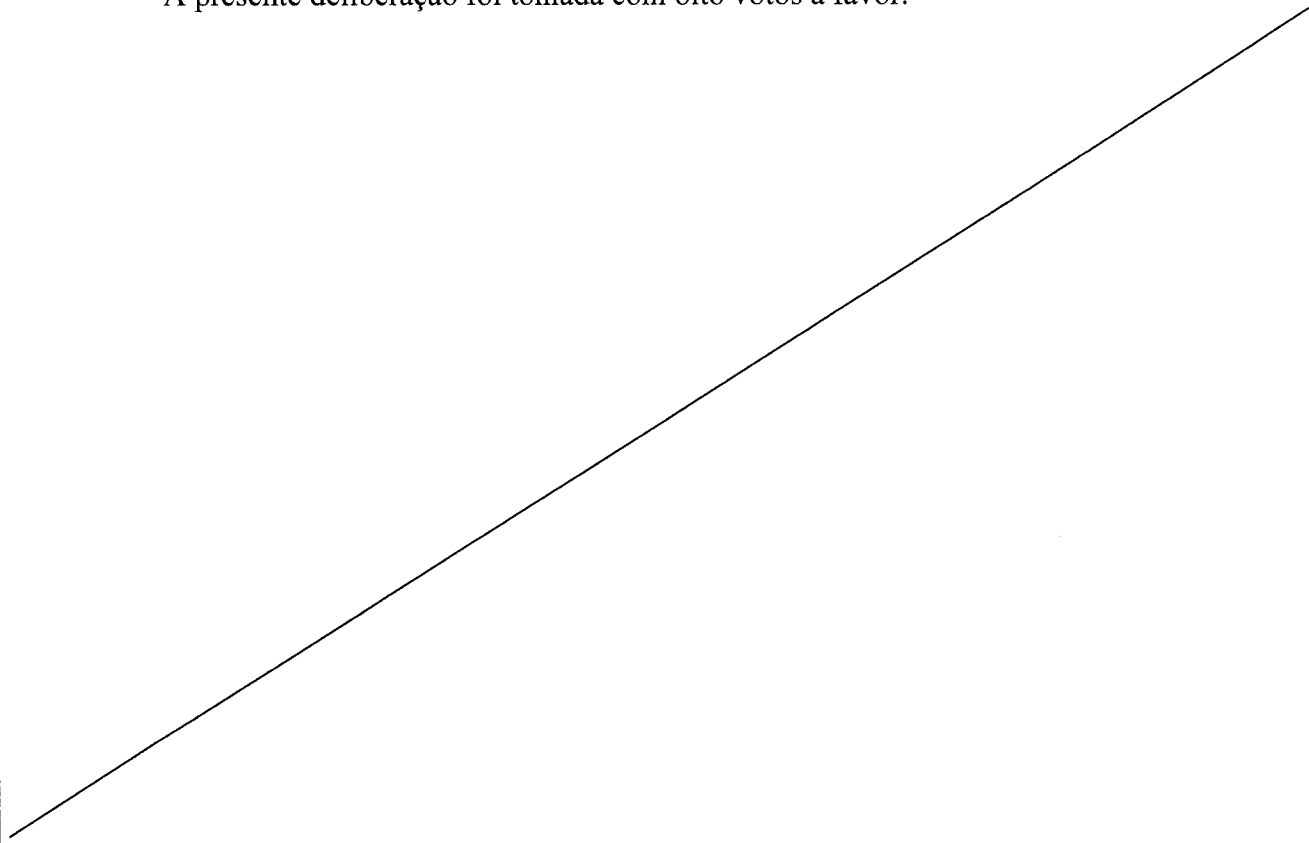


**9. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJECTO
“FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES”: DESPACHO DO
PRESIDENTE DA CÂMARA DE 23/04/2009 SOBRE OS ENCARGOS RESULTANTES DO
REFERIDO CONTRATO: RATIFICAÇÃO.-----**

Presente o despacho do Senhor Presidente da Câmara de vinte e três de Abril findo, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes três folhas.-----

A câmara deliberou ratificar o aludido despacho, com efeitos retroactivos à data em que o mesmo foi proferido, em virtude da respectiva deliberação da assembleia municipal já ter sido tomada em sessão ordinária realizada no dia vinte e sete de Abril findo.-----

A presente deliberação foi tomada com oito votos a favor.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

DESPACHO

31

No âmbito do Concurso Público Internacional para celebração de um contrato de prestação de serviços tendo por objecto o fornecimento de refeições em refeitórios escolares, veio a Assembleia Municipal, de harmonia com o disposto no nº6 do art.22º do Decreto-Lei nº197/99, de 8 de Junho, em sessão de 17 de Dezembro de 2007, sob proposta do executivo camarário de 12 de Dezembro de 2007, a autorizar a abertura do referido procedimento que gera despesas com encargos orçamentais em mais de um ano económico, designadamente em 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, dado o período de vigência do contrato, ou seja, 1 (um) ano sendo susceptível de ser renovado por iguais e sucessivos períodos até ao limite de 5 (cinco) anos.

Autorização essa que se baseou na estimativa do valor global do contrato, no montante total, sem IVA, de 2.617.855,15€ (dois milhões seiscentos e dezassete mil oitocentos e cinquenta e cinco euros e quinze cêntimos), tendo em conta o período máximo de vigência do contrato.

Sucede que o contrato de prestação de serviços em causa, foi celebrado pelo montante total, também ele estimado, de 3.118.550,40€ (três milhões cento e dezoito mil quinhentos e cinquenta euros e quarenta cêntimos), sendo 2.784.430,00€ (dois milhões setecentos e oitenta e quatro mil quatrocentos e trinta euros) referente ao valor do fornecimento e 334.120,40€ (trezentos e trinta e quatro mil cento e vinte euros e quarenta cêntimos) relativo ao valor do IVA à taxa de 12%.

O valor efectivo do contrato será o que resultar do produto do preço unitário por refeição proposto pela adjudicatária, de 1,89€ (um euro e oitenta e nove cêntimos) sem IVA, pela quantidade de

Prça 25 de Abril • 4780-373 SANTO TIRSO

Telefone 25 85 80 00 FAX 25 85 80 34

LINHA AZUL 808 201 056 Protecção Civil

E-MAIL: gap@cm-stirso.pt

INTERNET: WWW.CM-STIRSO.PT



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

32

refeições fornecidas relativamente a cada uma das escolas e jardins de infância.

Não obstante se entender que não carece a Assembleia Municipal de ratificar o valor do contrato, dado constituir este um valor estimado, podendo suceder que o valor do mesmo venha a corresponder ao valor estimado para efeitos da abertura do procedimento e sobre o qual a mesma já se pronunciou em sessão de 17 de Dezembro de 2007, não é esse o entendimento preconizado pelo Tribunal de Contas, o qual devolveu o referido contrato de prestação de serviços, a ele submetido para efeitos de fiscalização prévia, condicionando o visto à referida ratificação por parte da Assembleia Municipal.

Tendo em conta os seguintes considerandos:

Considerando que o Tribunal de Contas, pelo ofício recebido nesta data e registado sob o nº 5650 exige, para efeitos de emissão de visto, que a Assembleia Municipal ratifique o valor do contrato, autorizando a realização das respectivas despesas no montante total de 2.784.430,00€ (dois milhões setecentos e oitenta e quatro mil quatrocentos e trinta euros), sem IVA;

Considerando que o contrato teve o seu início no dia 5 de Janeiro de 2009 e que desde essa data até ao momento a adjudicatária encontra-se sem receber pelos serviços prestados, tendo já comunicado as suas dificuldades económicas para fazer face às despesas do fornecimento;

Considerando que a próxima reunião da Assembleia encontra-se agendada para o dia 27 de Abril de 2009;

Considerando, os prejuízos, quer para o interesse público quer para a adjudicatária, do assunto não ser presente à próxima reunião da Assembleia;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

33

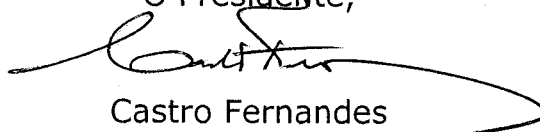
Considerando que não é possível reunir o executivo camarário em tempo útil do assunto ser presente à próxima reunião da Assembleia,

Determino, ao abrigo do disposto no nº3 do art.68º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, solicitar que a Assembleia Municipal delibere ratificar o valor do contrato de prestação de serviços celebrado no dia 5 de Janeiro do corrente ano com a sociedade "Lourenço & Nóbrega – Restauração e Catering, Lda.", autorizando a realização de despesas para fazer face aos encargos dele resultantes no montante total de 2.784.430,00€ (dois milhões setecentos e oitenta e quatro mil quatrocentos e trinta euros), sem IVA.

Remeta-se o presente Despacho ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando, ao abrigo do disposto no art.83º da referida Lei nº169/99, o agendamento do assunto para a próxima reunião da Assembleia Municipal que decorrerá no dia 27 de Abril corrente e à próxima reunião de Câmara para ratificação

Santo Tirso, e Paços do Concelho, 23 de Abril de 2009

O Presidente,


Castro Fernandes



10. CONTRATO DE FINANCIAMENTO CELEBRADO ENTRE O PROGRAMA OPERACIONAL TEMÁTICO DA VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO TENDO POR OBJECTO E CONCESSÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRO DO FEDER PARA REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO “SUBSTITUIÇÃO INTEGRAL DA ESCOLA BÁSICA DE S. TOMÉ DE NEGRELOS”: RATIFICAÇÃO.-----

Presente o contrato acima referido, datado de trinta de Março último, que tem por objecto a realização da operação com o Código POVT – 09 – 0597 – FEDER – 000015 designada “Substituição Integral da Escola Básica de S. Tomé de Negrelos”, no domínio de intervenção “Requalificação da Rede de Escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico”, cujo custo total é de 4.772.002,50 € (quatro milhões setecentos e setenta e dois mil e dois euros e cinquenta cêntimos), sendo a sua cobertura financeira assegurada da seguinte forma:-----

a) até ao montante máximo correspondente a 70% da despesa total elegível da operação através da comparticipação financeira do FEDER;-----

b) a restante despesa necessária à execução integral da operação será assegurada por fontes de financiamento nacionais, a cargo do município de Santo Tirso.-----

A despesa elegível da operação aprovada na Decisão Favorável de Financiamento do POVT é de 4.000.000,00 € (quatro milhões de euros), sendo o montante máximo de comparticipação financeira a conceder pelo FEDER, no âmbito do referido contrato, de 2.800.000,00 € (dois milhões e oitocentos mil euros), correspondente a 70% da despesa total elegível aprovado da Decisão Favorável de Financiamento do POVT.-----

O Senhor Presidente submeteu a sua decisão de aceitação das condições constantes do aludido Contrato de Financiamento à ratificação do executivo camarário.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar o referido Contrato de Financiamento, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo IV da mesma, composto por dez folhas.-----



11. ACORDO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO NORTE, TENDO POR OBJECTIVO A SUBSTITUIÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DOS 1º, 2º E 3º CICLOS DE S. TOMÉ DE NEGRELOS / PONTE: RATIFICAÇÃO.-----

Presente o Acordo de Colaboração acima referido, assinado no dia trinta de Março último, em execução do disposto na cláusula 8ª, n.º 1, alínea a) do Contrato de Financiamento a que se reporta o item anterior da presente acta, e que tem por objectivo a substituição e ampliação da Escola Básica dos 1º, 2º e 3º ciclos de S. Tomé de Negrelos / Ponte.-----

Anexa-se à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo V da mesma, cópia do aludido Acordo de Colaboração, composto por três folhas.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar o aludido Acordo de Colaboração.



12. CONCURSO PÚBLICO PARA A SELECÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS DE DIREITO PRIVADO PARA PARTICIPAR COM O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO NA CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE COMERCIAL ANÓNIMA DE DIREITO PRIVADO, DE CAPITAIS MINORITARIAMENTE PÚBLICOS, QUE TERÁ POR OBJECTO A CONCEPÇÃO E OU CONSTRUÇÃO, FINANCIAMENTO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INFRA-ESTRUTURAS DE RELEVANTE INTERESSE MUNICIPAL: RECURSO HIERÁRQUICO INTERPOSTO PELO CONCORRENTE N.º 3 DO RELATÓRIO DO JÚRI PREVISTO NO PONTO 10.3 DO PROGRAMA DE PROCEDIMENTO.-----

Presente recurso hierárquico do concorrente n.º 3 ao concurso acima referido, formado pelo Consórcio das sociedades Alberto Martins de Mesquita & Filhos, S.A./Alberto Martins de Mesquita II – Reabilitação de Imóveis, S.A./Ferreira Construções, S.A./Efimóveis, S.A., registadas na Câmara Municipal no dia vinte e um de Abril findo, registado com o número cinco mil quinhentos e oitenta e sete.-----

O referido Recurso Hierárquico reporta-se ao Relatório da Comissão de Análise das Candidaturas de seis de Abril findo, que esteve presente na reunião da câmara municipal de oito do mesmo mês de Abril (item 10 da respectiva).-----

Do processo consta informação da Directora do Departamento Administrativo a comunicar que o prazo para apresentar o recurso terminou no dia vinte de Abril.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse rejeitar o referido recurso hierárquico, em virtude de o mesmo ter sido apresentado fora de prazo.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



13. CONSTITUIÇÃO DE UMA SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE AQUEDUTO PÚBLICO SUBTERRÂNEO NO ÂMBITO DA EMPREITADA DE “REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NO VALE DO AVE – REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS ÀS RESTANTES FREGUESIAS DO VALE DO AVE - REBORDÕES”-----

Presente ofício dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, de três de Dezembro de dois mil e sete, registado com o número dezanove mil cento e doze, a comunicar que para a execução da empreitada acima identificada se torna necessário constituir servidões administrativas de aqueduto público subterrâneo, e a solicitar o apoio da câmara na tramitação dos respectivos procedimentos.-----

Em anexo consta informação da Divisão Jurídica, de vinte e quatro de Abril findo, a comunicar o resultado das negociações efectuadas com as comproprietárias do prédio identificado na respectiva planta cadastral como “parcela 1”, Mara Alice Dias dos Santo e outras e com a sociedade Hidroeléctrica da Boavista de José Pereira Araújo Lda, titular de uma servidão de passagem sobre o prédio em causa, que se desenvolve através de um arruamento existente no interior do prédio a onerar com a servidão administrativa de aqueduto, cuja área de intervenção circunscrever-se-á sobre esse arruamento.-----

Face ao teor da referida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, o Senhor Presidente propôs:-----

A) Que a câmara municipal deliberasse constituir uma servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo, destinada à instalação de um colector de drenagem de águas residuais e respectivas caixas de visita sobre o prédio rústico denominado “Bouça Grande”, sito no Lugar de Freitas, freguesia de Burgães, deste concelho, a confrontar de Norte com Sociedade Têstil Araújo Gonçalves; de Sul com caminho particular; de Nascente com Caminho Público e do Poente com Rio Ave, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 1099/20080408 (um



zero nove nove / dois zero zero oito zero quatro zero oito) e inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 968 (novecentos e sessenta e oito), que é propriedade de Maria Alice Dias dos Santos, viúva, contribuinte número 109 523 610; Lúcia de Fátima Dias da Silva Santos, contribuinte número 185 188 389, casada em regime de comunhão de adquiridos com Rui Gregório Cordeiro dos Santos e Maria Alexandrina Dias da Silva, solteira, maior, contribuinte número 202 481 686.-----

A área total da servidão é de 435,47 m² (quatrocentos e trinta e cinco vírgula quarenta e metros quadrados), numa extensão de 144,42 m (cento e quarenta e quatro vírgula quarenta e dois metros) e com uma largura de 3 m (três metros), sendo 1,5m (metro e meio) para cada lado a contar do eixo do colector, que se encontra delimitada a amarelo na planta que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo a subsequentes folha.-----

A referida servidão consiste na instalação de um colector de drenagem de águas residuais, e respectivas caixas de visita, com as seguintes características:-----

- Diâmetro exterior do colector – 20 cm;-----
- Extensão do colector – 144,42 m;-----
- Profundidade da implantação do colector – variável entre os 1,20m e 4,42m;-----
- N.º de caixas de visita – 6.-----

Estima-se que o período de ocupação temporária do prédio para instalação do colector e respectivas caixas de visita seja de trinta dias, sendo a largura da área de intervenção para execução dos trabalhos de cerca de dez metros.-----

B) Que, pela constituição da referida servidão o município pagará aos comproprietários do prédio acima identificado, uma indemnização no montante de 1.221,50 € (mil duzentos e vinte e um euros e cinquenta cêntimos), a suportar pelo Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso.-----

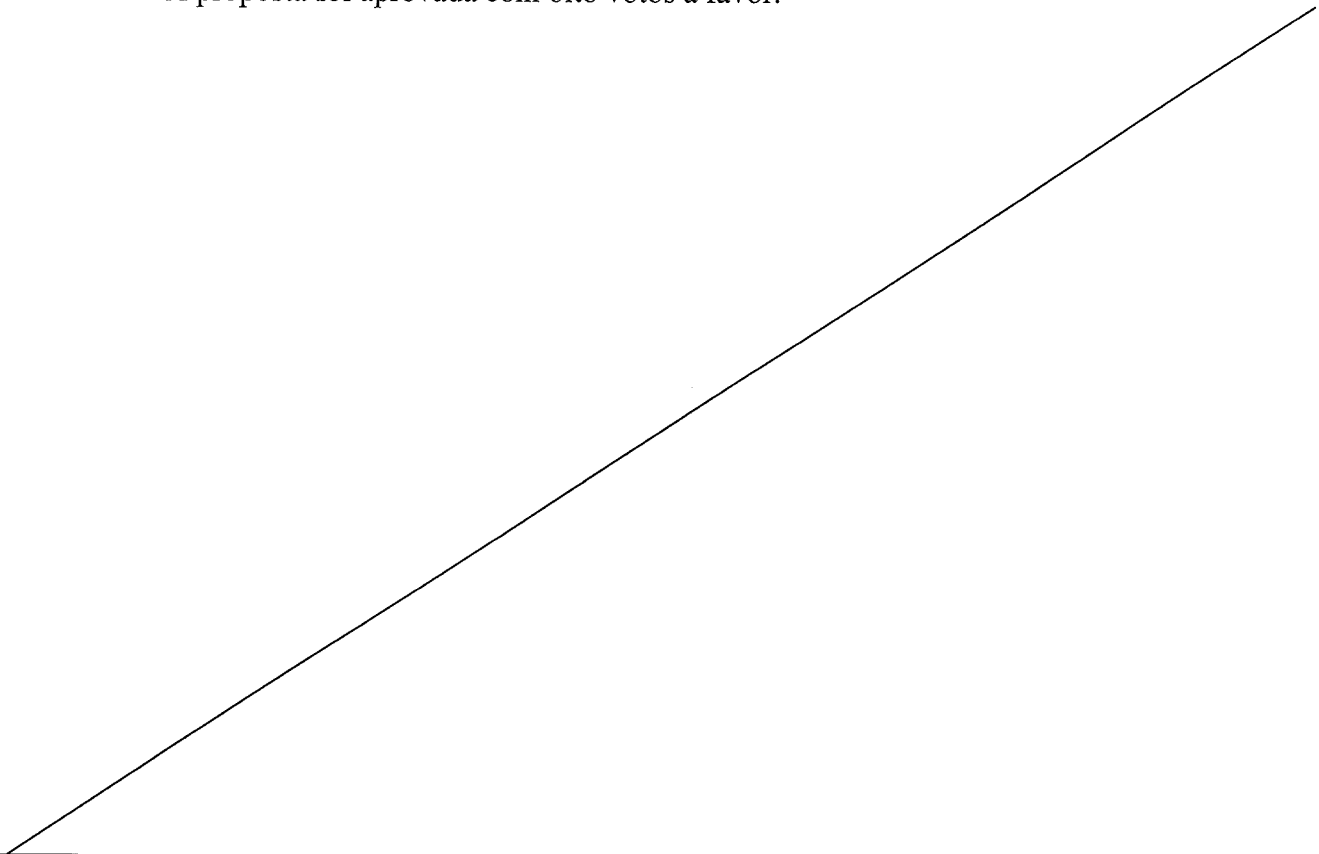
Os referidos Serviços Municipalizados, na qualidade de dono da obra em causa, cujo contrato de empreitada foi celebrado em dezassete de Agosto de dois mil e sete (contrato registado na

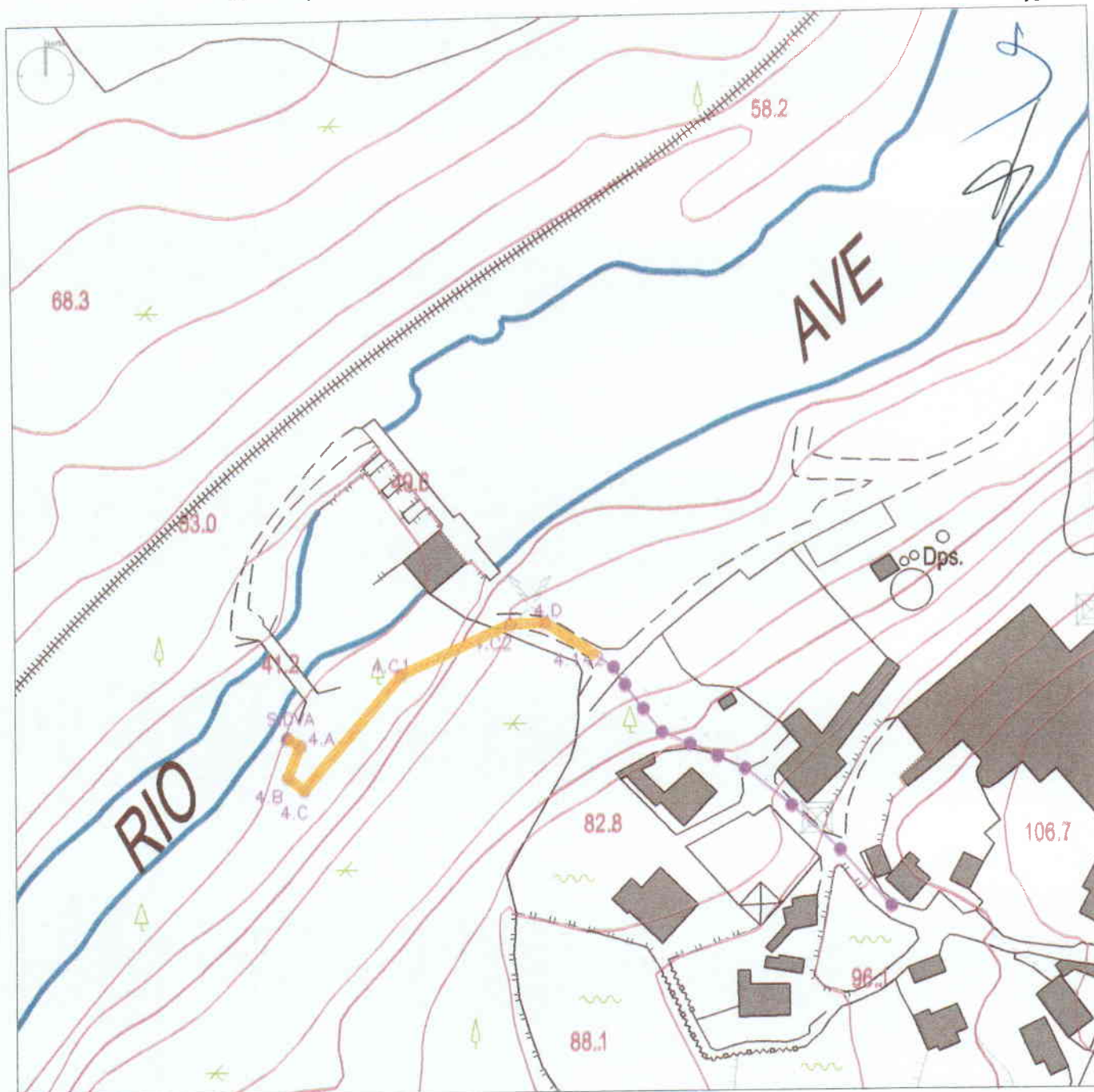


Secção de Contratos desta câmara com o n.º 21/2007) e no âmbito da execução da empreitada, deverão cumprir as seguintes obrigações acessórias:-----

- Reposição das benfeitorias existentes, designadamente do pavimento do arruamento em betuminoso, sobre o qual é constituída a servidão, na área de intervenção da obra;-----
- Salvaguarda da circulação no referido acesso/arruamento, no decurso dos trabalhos;-----
- Indemnização pelos prejuízos que venham a ser causados em resultado de futuras operações de manutenção e reparação do colector ou caixas de visita;-----
- Colocação de uma rede à entrada do prédio a onerar com a servidão, no caso de ser necessário retirar o portão, de modo a evitar a devassa do prédio por parte de terceiros quer durante os trabalhos de instalação da rede quer durante os trabalhos da respectiva manutenção.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





LEGENDA:

Parcela 1
Proprietários: Maria Alice Dias Santos

Servidão:
- Extensão: 144.42ml
- Largura: 1,50m para cada lado do eixo
- Área: 435.47m²



Departamento de Planeamento e Habitação
Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica

Remodelação e Ampliação do Sistema de Drenagem de Águas Residuais

Restantes Freguesias do Vale do Ave - Rebordões

Planta Cadastral para estabelecimento de servidão - Parcela 1

1/2000

Nov 2008

01



14. DIA MUNICIPAL DO BOMBEIRO: PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS A BOMBEIROS

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:

Considerando que o trabalho dos bombeiros voluntários, e dirigentes das respectivas associações, deve ser objecto de incondicional reconhecimento por parte da comunidade e suas instituições;

Considerando o disposto no n.º 9 do artigo 4º do Regulamento da Concessão de Regalias aos Bombeiros do Município de Santo Tirso e as propostas apresentadas à Câmara Municipal pelas Direcções das respectivas associações;

Proponho que a Câmara delibere atribuir as seguintes medalhas:

A) MEDALHAS DE SERVIÇOS DISTINTOS:

- Agostinho Campos Ferreira, director desde 1998 da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso;

- José Neves de Azevedo, Sub-Chefe da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Tirsenses.

- Armando Azevedo Abreu, 2º Secretário da Direcção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila das Aves.

B) MEDALHAS DE MÉRITO E DEDICAÇÃO:

1. GRAU PRATA (25 ANOS DE SERVIÇO EFECTIVO):

BOMBEIROS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS SANTO TIRSO:

- Mário Duarte Neto de Sousa, bombeiro de 1ª;

- Joaquim Ferreira da Silva, bombeiro de 1ª;

- António Pereira Lopes, bombeiro de 1ª;

- Eduardo António Moreira Matos, bombeiro de 3ª;



- Aprigio Arnaldo Monteiro Ribeiro, bombeiro de 3ª-----

2. GRAU BRONZE (15 ANOS DE SERVIÇO EFECTIVO).-----

BOMBEIROS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS
VOLUNTÁRIOS TIRSENSES:-----

- Agostinho José Alves Dinis – 2º Comandante-----

- José Paulo Silva Salgado – Bombeiro 1ª Classe-----

- Luís Manuel Silva Andrade – Bombeiro 1ª Classe-----

- Sandra Marlene Ferreira Monteiro – Bombeiro 2ª Classe-----

- José Domingos Araújo Paiva – Bombeiro 2ª Classe-----

- Pedro Daniel Rodrigues Sousa – Bombeiro 2ª Classe-----

- António Agostinho Magalhães Marinho – Bombeiro 3ª Classe-----

- Fernando Manuel Paiva Carneiro – Bombeiro 3ª Classe-----

- Carlos Alberto Freitas Silva – Bombeiro 3ª Classe-----

- Cristina Mariana Ferreira Pinto Guimarães – Bombeiro 3ª Classe-----

- Carlos Alberto Oliveira Monteiro – Bombeiro 3ª Supra-----

BOMBEIROS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS
VOLUNTÁRIOS DE VILA DAS AVES:-----

- José Manuel Martins Lopes Gonçalves, bombeiro de 1ª Classe;-----

- Raul Horácio da Silva Oliveira, Bombeiro de 1ª Classe.-----

BOMBEIROS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS
VOLUNTÁRIOS DE SANTO TIRSO:-----

- Luís Miguel Teixeira Borges – Bombeiro 3ª-----

- Adriano Andrade Barros – Bombeiro 3ª-----

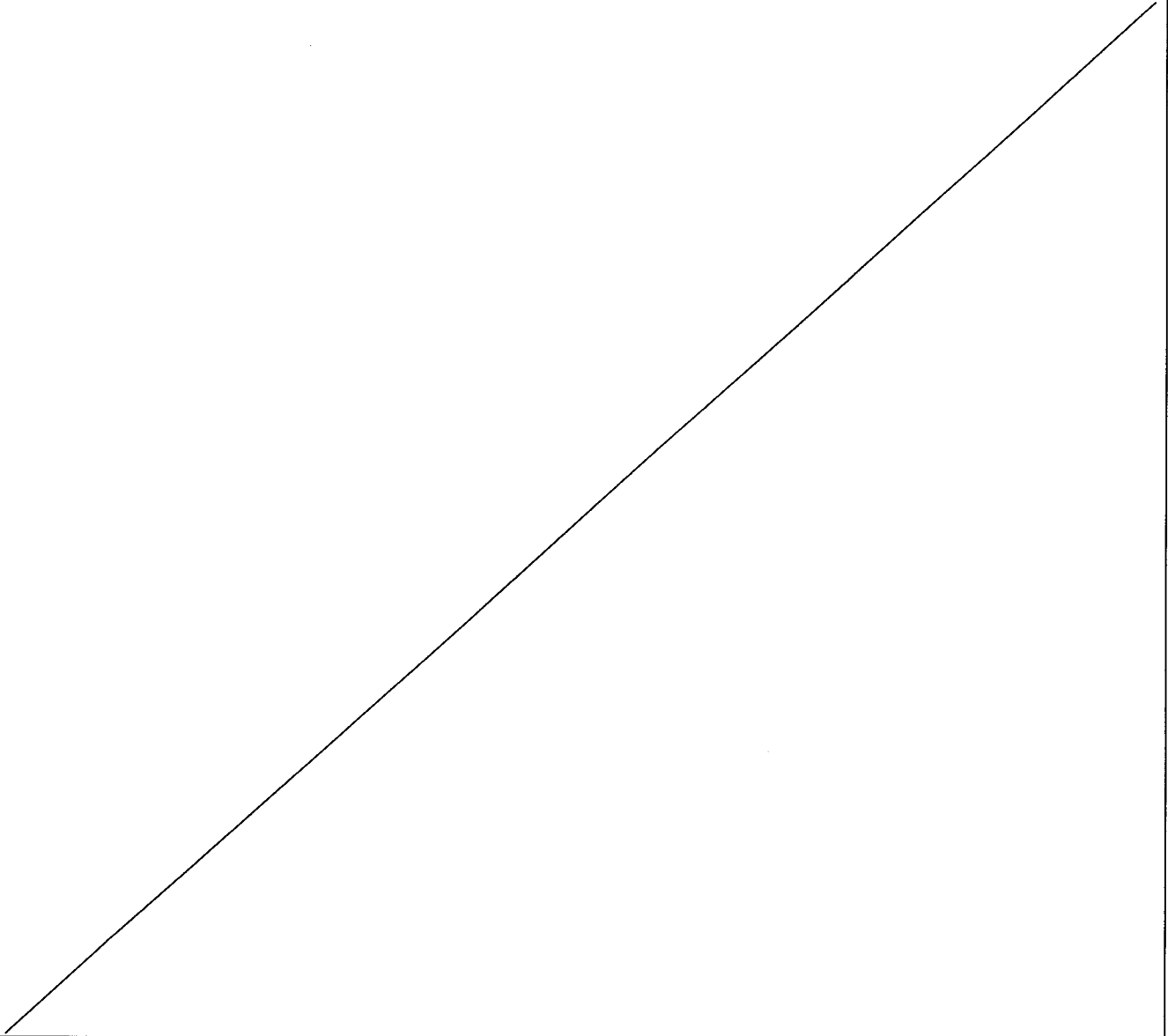
- Carlos Alberto Rêgo – Bombeiro 3ª-----

- António Basílio Gomes Coelho – Bombeiro 3ª-----



- António Manuel Alves Silva Nunes – Bombeiro 3ª-----
- Domingos Gomes de Andrade – Bombeiro 2ª-----
- Pedro Jorge Moreira Matos – Bombeiro 1ª-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, aprovar as propostas apresentadas pelo
Senhor Presidente da Câmara.-----





15. DESFILE DE CARNAVAL/2009: PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO ÀS ENTIDADES PARTICIPANTES-----

Presente informação de dezassete de Fevereiro último, da Divisão de Educação, registada com o número seis mil cento e quarenta e nove, sobre as entidades que participaram no Desfile de Carnaval organizado pela Câmara Municipal, que teve lugar no dia vinte do referido mês de Fevereiro.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

À semelhança dos anos anteriores, a Câmara Municipal de Santo Tirso organizou um desfile de Carnaval com carros alegóricos, que se realizou no dia vinte de Fevereiro último;-----

Considerando que as instituições participantes necessitam de apoio para fazer face às despesas decorrentes da sua participação naquele evento, nomeadamente com a concepção dos trajes;

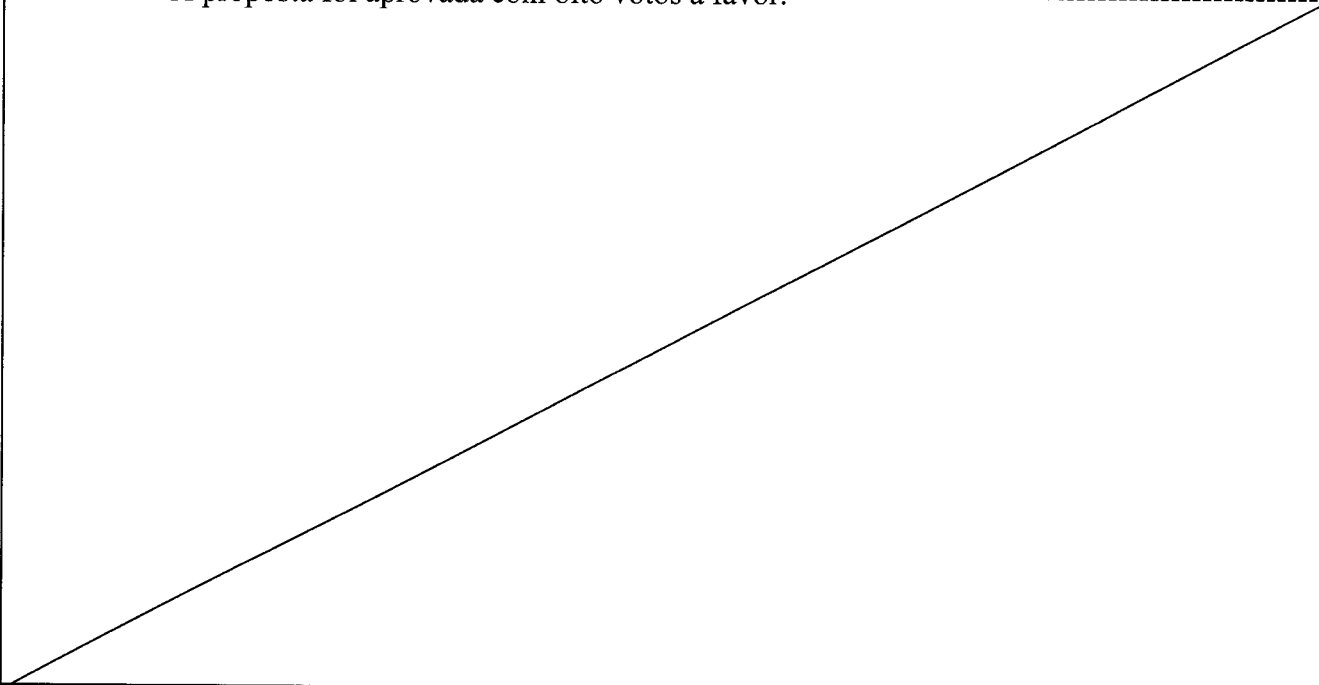
Considerando que esta Câmara Municipal tem todo o interesse em estimular e apoiar estas instituições, sem as quais não seria possível a concretização daquela iniciativa, proponho a atribuição dos seguintes subsídios:-----

- Associação do Infantário de S. Tomé de Negrelos -----350 € (trezentos e cinquenta euros)
- Associação dos Moradores do Complexo Habitacional de Ringe-----150 € (cento e cinquenta euros)
- Associação Social de Guimarei-----150 € (cento e cinquenta euros)
- Associação Solidariedade Humanitária de Monte Córdova-----150 € (cento e cinquenta euros)
- CASL – Associação Casa Acolhimento Sol Nascente -----150 € (cento e cinquenta euros)
- Centro Acção Social de Acolhimento à Terceira Idade de Roriz--250 € (duzentos e cinquenta euros)
- Centro Infantil de Santo Tirso -----250 € (duzentos e cinquenta euros)
- Centro de Ocupação de Tempos Livres -----200 € (duzentos euros)
- Centro Social e Paroquial de Água Longa -----250 € (duzentos e cinquenta euros)
- Centro Social de S. Rosendo - S. Miguel do Couto-----200 € (duzentos euros)
- Colégio de Santa Teresa de Jesus-----550 € (quinhentos e cinquenta euros)



- Associação de Jardins Escolas João de Deus -----150 € (cento e cinquenta euros)
- Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso-----650 € (seiscentos e cinquenta euros)
- Lar Familiar da Tranquilidade -----150 € (cento e cinquenta euros)
- Patronato e Casa dos Pobres de S. Miguel das Aves -----150 € (cento e cinquenta euros)
- Associação Solidariedade Social de Areias – S. Tiago-----250 € (cento e cinquenta euros)
- Associação de Reformados de Vila das Aves-----200 € (duzentos euros)
- Agrupamento Vertical de Santo Tirso-----200 € (duzentos euros)
- Associação de Pais da Escola EB1, Quintão n.º 1 de Rebordões-----200 € (duzentos euros)
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardim-de-Infância de Aldeia do Monte – S. Martinho do Campo-----250 € (duzentos e cinquenta euros)
- Associação de Pais da Escola de Presa n.º 2 – Vilarinho-----150 € (cento e cinquenta euros)
- Agrupamento Vertical de S. Martinho-----150 € (cento e cinquenta euros)
- Escola Secundária D. Afonso Henriques-----200 € (duzentos euros)

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





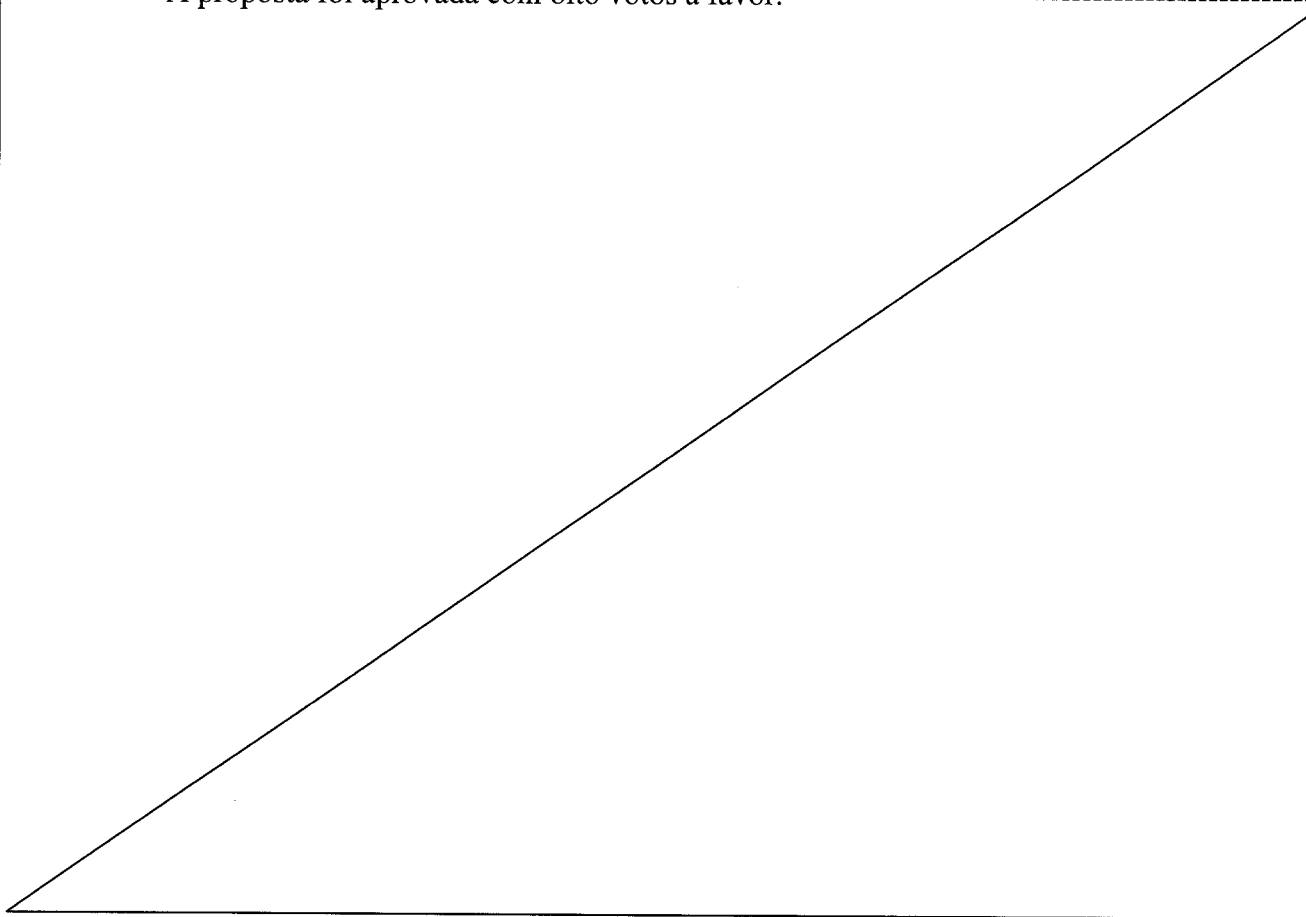
16. OUTROS SUBSÍDIOS-----

A) AO CLUBE DESPORTIVO DE SÃO SALVADOR DO CAMPO: 11ª GRANDE PROVA DE ATLETISMO DA PÁSCOA: PEDIDO DE SUBSÍDIO-----

Presente ofício de vinte e cinco de Janeiro último, do Clube Desportivo de São Salvador do Campo, registado com o número mil setecentos e vinte e quatro, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a organização da 11ª Grande Prova de Atletismo da Páscoa.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir ao Clube Desportivo de São Salvador do Campo um subsídio no montante de 500,00 € (quinhentos euros).-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





16. B) À PARÓQUIA DE S. MARTINHO DE SEQUEIRÔ – SANTO TIRSO: OBRAS DE RESTAURO E CONSERVAÇÃO NA RESIDÊNCIA PAROQUIAL-----

Presente ofício de dez de Setembro de dois mil e sete, da Paróquia de S. Martinho de Sequeirô, registado com o número catorze mil duzentos e quarenta e um, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as obras de restauro e conservação na residência paroquial, cujo orçamento com as obras ainda em falta é de aproximadamente 60 000,00 € (sessenta mil euros).-----

A Divisão de Edifícios informa, em três de Junho de dois mil e oito, que as obras consistiram na recuperação integral do interior da habitação no piso térreo e garagem e na recuperação das fachadas em alvenaria de granito. O piso referido encontra-se dotado de sala, hall, quarto, 2 wc's, cozinha e arrumos. Foi ainda recuperado um pátio exterior com vista a promover o convívio.-----

Ainda no âmbito desta empreitada foi aplicado todo o mobiliário, ar condicionado e restante recheio existente na residência paroquial.-----

Mais informam que os referidos trabalhos se encontram totalmente concluídos e em condições de serem aceites, sendo aceitável o valor de 60 000,00 € (sessenta mil euros) apresentado pela Paróquia.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Paróquia de S. Martinho de Sequeirô um subsídio no montante de 6.000,00 € (seis mil euros).-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



16. C) À JUNTA DE FREGUESIA DE S. TOMÉ DE NEGRELOS: PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO PUÇÔ: PEDIDO DE SUBSÍDIO: REFORÇO-----

Presente ofício de trinta de Março último, da Junta de Freguesia de S. Tomé de Negrelos, registado com o número cinco mil seiscientos e oitenta e sete, a solicitar o reforço do subsídio atribuído para a obra acima identificada, em virtude de o orçamento mais vantajoso para a obra em causa ser de 16 775,00 € (dezasseis mil setecentos e setenta e cinco euros), mais IVA, e o subsídio deliberado pela Câmara Municipal ter sido de 8 108 75 € (oito mil cento e oito euros e setenta e cinco cêntimos).-----

A Divisão de Vias informa que analisados os preços constantes da proposta colhida pela Junta de Freguesia, verifica-se que os mesmos estão dentro dos preços correntes para trabalhos da mesma natureza.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de S. Tomé de Negrelos um subsídio no montante de 9 505,00 € (nove mil quinhentos e cinco euros), em reforço do subsídio atribuído por deliberação camarária de catorze de Maio de dois mil e oito (item catorze da respectiva acta), a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





Handwritten signature or mark in the top right corner.

16. D) À JUNTA DE FREGUESIA DE RORIZ: RECONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE NA RUA DOS SOUTINHOS-----

Presente ofício de trinta e um de Março último, da Junta de Freguesia de Roriz, registado com o número cinco mil setecentos e quarenta e um, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 7 079,98 € (sete mil e setenta e nove euros e noventa e oito cêntimos), para execução da obra acima identificada, conforme mapa de trabalhos e estimativa orçamental anexo ao referido ofício.-----

A Divisão de Vias informa, em vinte e nove de Abril findo, que a obra está executada em condições aceitáveis.-----

Mais informa que foi efectuada a medição dos trabalhos executados, tendo-se confirmado os valores apresentados pela Junta de Freguesia.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Roriz um subsídio no montante de 7 079,98 € (sete mil e setenta e nove euros e noventa e oito cêntimos).-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

A diagonal line across the bottom of the page, likely a signature or a placeholder for a signature.



**16. E) À JUNTA DE FREGUESIA DE S. TOMÉ DE NEGRELOS: PAVIMENTAÇÃO
E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA TRAVESSA DA AGRA DE GINJO-----**

Presente ofício de vinte e sete de Março último, da Junta de Freguesia de S. Tomé de Negrelos, registado com o número quatro mil seiscientos e noventa e oito, a solicitar a atribuição de um subsídio para execução da obra acima identificada.-----

A Divisão de Vias informa, em oito de Abril findo, sobre a situação existente na Travessa da Agra de Ginjo.-----

Mais informa sobre a proposta de intervenção a efectuar, cuja estimativa orçamental é de 22 800,23 € (vinte e dois mil e oitocentos euros e vinte e três cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de S. Tomé de Negrelos um subsídio no montante de 22 800,23 € (vinte e dois mil e oitocentos euros e vinte e três cêntimos), para a obra acima identificada, a executar com acompanhamento técnico e fiscalização dos serviços da Câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



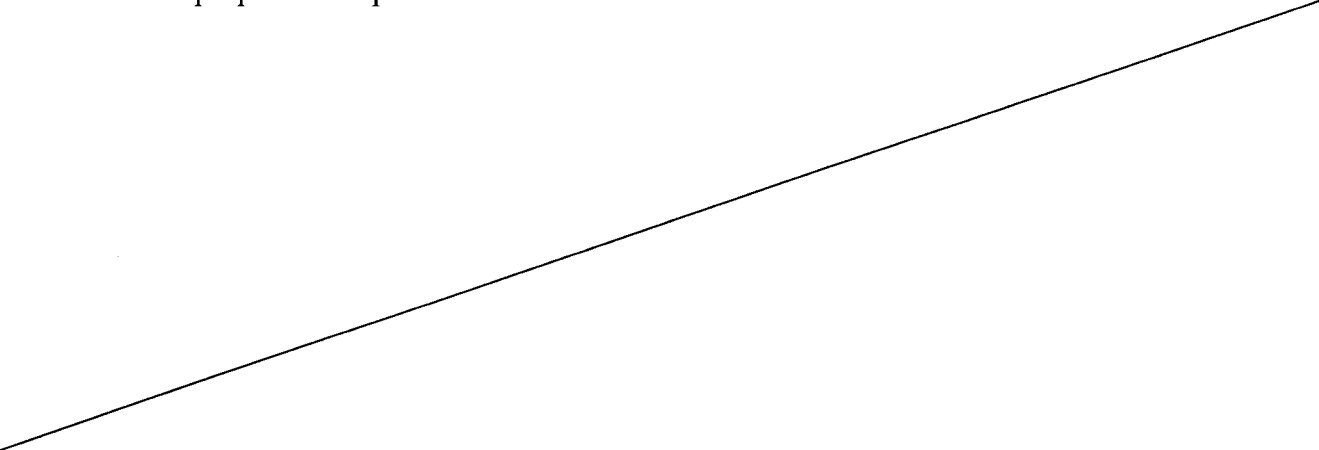
16. F) À JUNTA DE FREGUESIA DE AGRELA: CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA: REFORÇO DE SUBSÍDIO-----

Presente ofício de dezoito de Novembro último, da Junta de Freguesia de Agrela, registado com o número dezoito mil oitocentos e três, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 50 000,00 € (cinquenta mil euros), em reforço do subsídio atribuído por deliberação camarária de seis de Junho de dois mil e sete (item 10.A) da respectiva acta), em virtude de se mostrar necessário executar trabalhos complementares na envolvente à obra de construção da Capela Mortuária da Agrela, fundamentais ao funcionamento da mesma.-----

Do expediente consta informação de dezanove de Janeiro último, da Divisão de Edifícios, a comunicar que tendo em conta a natureza dos trabalhos a realizar e a estimativa orçamental realizada pelos referidos serviços, é aceitável o valor de 50 000,00 € (cinquenta mil euros), solicitado pela Junta de Freguesia.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Agrela um subsídio no montante de 50 000,00 € (cinquenta mil euros), em reforço do subsídio atribuído para a construção da Capela Mortuária, nomeadamente para os trabalhos descritos na referida informação, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da Câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





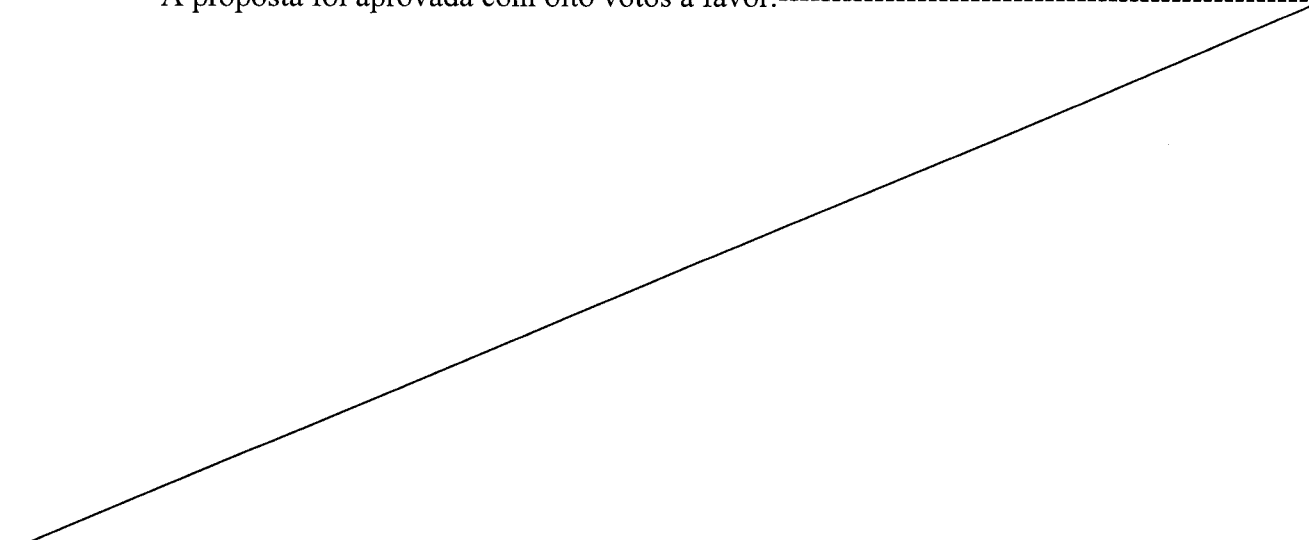
**16. G) À JUNTA DE FREGUESIA DE NEGRELOS (S. MAMEDE): RECTIFICAÇÃO
E PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE CODEÇOSA: REFORÇO DE SUBSÍDIO-----**

Presente ofício de nove de Abril findo, da Junta de Freguesia de S. Mamede de Negrelos, registado com o número cinco mil trezentos e sessenta e sete, a solicitar um reforço do subsídio atribuído por deliberação camarária de dezassete de Setembro último (item 9. G) da respectiva acta) em virtude do valor total dos trabalhos realizados exceder o montante do subsídio inicialmente atribuído.-----

A Divisão de Vias informa que durante o desenvolvimento dos trabalhos verificou-se que seria indispensável a execução de alguns trabalhos não inicialmente previstos, fundamentais para o bom acabamento da obra, pelo que sugerem a atribuição de um subsídio no montante de 22 574,13 € (vinte e dois mil quinhentos e setenta e quatro euros e treze cêntimos), em reforço do anteriormente deliberado.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de S. Mamede de Negrelos um subsídio no montante de 22 574,13 € (vinte e dois mil quinhentos e setenta e quatro euros e treze cêntimos).-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





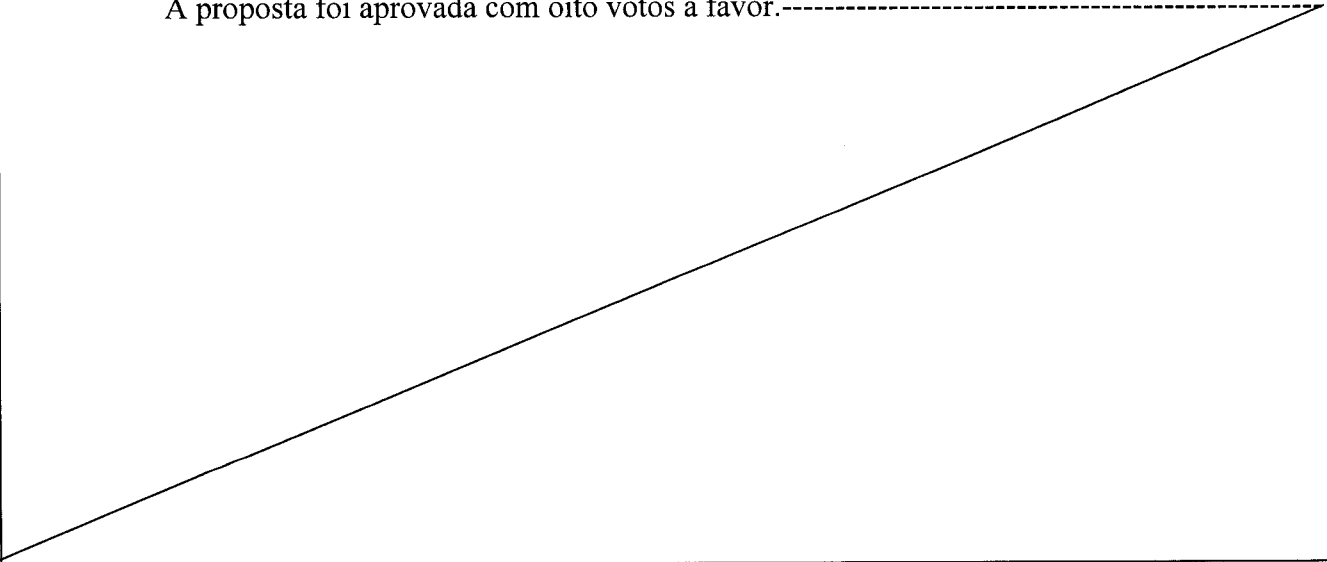
16. H) À JUNTA DE FREGUESIA DE COUTO (S. MIGUEL): BENEFICIAÇÃO DA RUA DA PADARIA: REFORÇO DE SUBSÍDIO-----

Presente o expediente relativamente à atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Couto (S. Miguel), para execução da obra em epígrafe, relativamente à qual, em reunião camarária de onze de Março último (item 13. I) da respectiva acta) foi deliberado atribuir um subsídio no montante de 9 729,30 € (nove mil setecentos e vinte e nove euros e trinta cêntimos).-----

Entretanto, os Serviços Municipalizados informam que no arruamento em causa não existe rede de drenagem de saneamento e que se deveria aproveitar a oportunidade de intervenção no arruamento para executar a referida infra-estrutura, cuja estimativa orçamental é de 8 000,00 € (oito mil euros).-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Couto (S. Miguel) um subsídio no montante de 8 000,00 € (oito mil euros) para realização da obra em causa, incluindo a instalação de um colector de saneamento, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da Câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos, em reforço do subsídio anteriormente deliberado.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



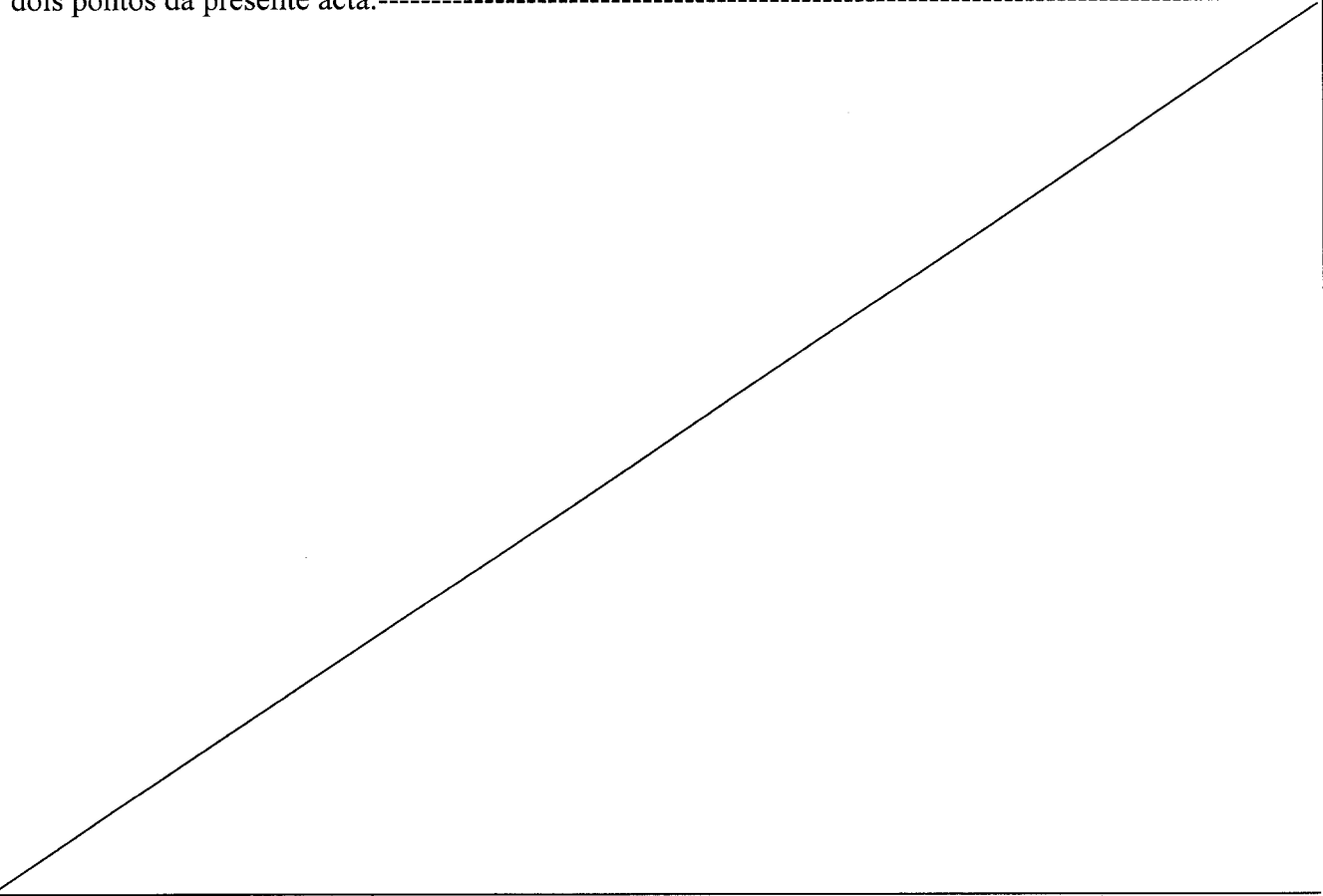


Finda a discussão e votação dos assuntos previamente incluídos na ordem do dia da presente reunião, o Senhor Presidente propôs, ao abrigo do disposto no artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que o executivo camarário reconhecesse a urgência de deliberação imediata sobre os seguintes assuntos:-----

- **Contrato de Empreitada: “Ampliação e Beneficiação da Escola EB1/JI de Arcozelo”:** Decisão de Adjudicação.-----

- **Proposta de Atribuição da Medalha de Mérito a Augusto da Silva Salgado.**-----

A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes na reunião, reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre o referido assunto, o qual passa a constituir os subsequentes dois pontos da presente acta.-----





17. CONTRATO DE EMPREITADA: “AMPLIAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DA ESCOLA EB1/JI DE ARCOZELO”: DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO.-----

Presente o procedimento para a formação do contrato de empreitada acima identificado, cuja decisão de contratar foi tomada por deliberação camarária de onze de Fevereiro último (item 13 da respectiva acta).-----

Ao referido procedimento apresentaram-se os seguintes concorrentes:-----

1. Gabinete Técnico de Ribeirão Lda, com sede na Rua Adelino Costa Campos, 9 – Ribeirão, com proposta no valor de 790.651,56 € (setecentos e noventa mil seiscientos e cinquenta e um euros e cinquenta e seis cêntimos);-----

2. Ferreira Construções, S.A., com sede na Zona Industrial – Marco de Canaveses, com proposta no valor de 1.094.942,54 € (um milhão e noventa e quatro mil novecentos e quarenta e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos);-----

3. Edibarra – Engenharia & Construção, S.A., com sede no Edifício Valverde - Bloco C Fracção F , Airões – Felgueiras, com proposta no valor de 824.681,21 € (oitocentos e vinte e quatro mil seiscientos e oitenta e um euros e vinte e um cêntimos);-----

4. Construbracara – Construções Lda, com sede na Rua Marias Ferreira de Sá, 3, Nogueiró – Braga, com proposta no valor de 824.235,69 € (oitocentos e vinte e quatro mil duzentos e trinta e cinco euros e sessenta e nove cêntimos);-----

5. Andrade & Almeida, Construções Lda, com sede na Avenida Joaquim Leite, n.º 466, Bairro – Famalicão, com proposta no valor de 819.504,70 € (oitocentos e dezanove mil quinhentos e quatro euros e setenta cêntimos).-----

Do processo consta o Relatório Preliminar de Análise das Propostas, elaborado pelo júri do procedimento em catorze de Abril findo, de harmonia com o previsto no artigo 146º do Código dos Contratos Públicos, no qual se propõe a exclusão do concorrente n.º 2, Ferreira Construções S.A., com fundamento no artigo 70º, n.º 2, alínea d) do CCP, em virtude de apresentar uma proposta com



valor superior ao valor base, e onde se propõe que as propostas sejam ordenadas da seguinte forma:---

- 1º - Concorrente n.º 1 - Gabinete Técnico de Ribeirão Lda-----
- 2º - Concorrente n.º 3 - Edibarra – Engenharia & Construção, S.A-----
- 3º - Concorrente n.º 5 - Andrade & Almeida, Construções, Lda-----
- 4º - Concorrente n.º 4 - Construbracara – Construções, Lda-----

O júri procedeu à audiência prévia dos concorrentes, tendo elaborado o Relatório Final previsto no artigo 148º do mesmo Código, datado de quatro do corrente mês de Maio, no qual se refere que em sede de audiência prévia não foi apresentada qualquer reclamação ou observações ao constante do relatório preliminar, pelo que o júri mantém o teor e conclusões do referido relatório.----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o teor dos referidos relatórios, cujo teor aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da decisão de adjudicação e considerando que a despesa provável a realizar no ano em curso com a empreitada em causa tem cabimento orçamental na rubrica com a classificação orgânica 02 e a classificação económica 07010305, conforme propostas de cabimento números 595/2009 e 1065/2009, proponho que a câmara municipal delibere, de harmonia com o previsto no n.º 4 do referido artigo 148º e n.º 1 do artigo 73º, ambos do CCP, aprovar as propostas contidas no Relatório Final e adjudicar a empreitada em causa ao concorrente n.º 1, Gabinete Técnico de Ribeirão Lda, pelo preço de 790.651,56 € (setecentos e noventa mil seiscientos e cinquenta e um euros e cinquenta e seis cêntimos), mais IVA à taxa legal em vigor.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



18. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO A AUGUSTO DA SILVA SALGADO.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que o trabalho dos bombeiros voluntários, e dirigentes das respectivas associações, deve ser objecto de incondicional reconhecimento por parte da comunidade e suas instituições;-----

Considerando que por ocasião das comemorações do Dia Municipal do Bombeiro, parece-nos oportuno e justo atribuir a Augusto da Silva Salgado, Chefe do Quadro Honorário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Tirsenses, a Medalha de Mérito, atendendo quer ao seu percurso nos bombeiros, conforme curriculum que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes duas folhas, quer à forma como exerceu as suas funções, sempre com elevado espírito de responsabilidade e abnegação e pela sua constante preocupação em aperfeiçoar os seus conhecimentos para melhor poder exercer as suas funções;-----

Numa época em que é importante incentivar o voluntariado, a atribuição desta Medalha de Mérito pretende ser também o reconhecimento do município pelo importante papel dos bombeiros para a comunidade, esperando-se que a dedicação do homenageado a esta causa possa servir de exemplo aos jovens do nosso tempo.-----

Pelo que proponho a atribuição da Medalha de Mérito a Augusto da Silva Salgado.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

CURRICULUM VITAE

Dados Pessoais:

Nome: Augusto da Silva Salgado

Morada: Travessa da Indústria, N° 88 – Santo Tirso

Código Postal: 4780 Santo Tirso

Estado Civil: Viúvo

Bilhete Identidade: N.º 2806638 de 04 / 07 /1997 Lisboa

Data de Nascimento: 05/12/1942

N.º Contribuinte: 162454864

Progressão nos Bombeiros:

Aspirante em 01/08/1961;

Bombeiro de 3ª Classe em 11/03/1962;

Bombeiro de 2ª Classe em 12/01/1975;

Bombeiro de 1ª Classe em 21/11/1977;

Sub-Chefe em 29/04/1995;

Chefe em 19/05/2003.

Distinções Honoríficas:

- Medalha de Dedicção – Grau Prata – Bombeiros Voluntários Tirsenses
- Medalha de Assiduidade 5 Anos – Grau Cobre – Liga dos Bombeiros Portugueses;
- Medalha de Assiduidade 10 Anos – Grau Prata – Liga dos Bombeiros Portugueses;
- Medalha de Assiduidade 15 Anos – Grau Ouro – Liga dos Bombeiros Portugueses;
- Medalha de Dedicção 25 Anos – Grau Ouro – Liga dos Bombeiros Portugueses;
- Medalha de Mérito e Dedicção 25 Anos – Grau Prata – Câmara Municipal de Santo Tirso;
- Medalha de Serviços Distintos – Grau Ouro – Câmara Municipal de Santo Tirso;

Cursos de Formação:

- 11º Curso Prático de Combate a Incêndios – SNB / Petrogal – 21/06/1995
- Laboratório Móvel do Fogo – Matosinhos – 06/02/1996;
- Curso de Chefe de Equipa dos Grupos de 1ª Intervenção Florestal – Bragança;
- Curso de Tripulante de Ambulância de Transporte – ENB – 2002
- Curso de Salvamento e Desencarceramento – ENB – 2002

Outros Dados de Interesse:

- Formador de Diversas Escolas de Bombeiro nesta Associação;
- Diversos Salvamentos Animais;
- Diversos Salvamentos de Pessoas em Situações de risco como espaços confinados (Poços);
- Por inúmeras vezes Comandante das Operações de Socorro desempenhando sempre as funções com enorme responsabilidade, abnegação, espírito de sacrifício, Coragem, Lealdade;
- Louvor Público, Conferido pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Tirsenses por Mérito e Dedicção – 05/12/2007;



7

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: No final e depois de lida a presente acta, o Senhor Presidente propôs a aprovação da mesma acta em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

A acta foi aprovada em minuta com oito votos a favor.-----



ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada em: Onze horas e trinta minutos.-----

E para constar se lavrou a presente acta que tem sessenta e uma folhas, apenas utilizadas no anverso e cinco documentos anexos (Anexos I a V, correspondentes aos itens quatro, sete, oito, dez e onze da presente acta, o primeiro constituído por quatro folhas, o segundo por doze folhas, o terceiro por treze folhas, o quarto por dez folhas e o quinto por três folhas, todas rubricadas por mim e pelo Presidente da Câmara, que eu

Flávia Adriana Salgado

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

[Signature]

APROVAÇÃO DA ACTA.-----

A presente acta foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 20/05/2009 conforme consta do item um da respectiva acta (folhas Sete da respectiva minuta).-----

A Secretária,

Alicia